

REFERENCIAL NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DO SETOR VITIVINÍCOLA

Versão 3.0

Abril 2023

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| ÍNDICE DE TABELAS..... | 4 |
| ÍNDICE DE FIGURAS..... | 4 |
| SIGLAS | 5 |
| INTRODUÇÃO | 6 |
| OBJETIVOS..... | 7 |
| ABRANGÊNCIA, SEGMENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS | 11 |
| ORGANIZAÇÕES ABRANGIDAS..... | 11 |
| SEGMENTAÇÃO | 12 |
| ORIENTAÇÕES GERAIS | 13 |
| DOMÍNIOS, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E INDICADORES..... | 16 |
| 1. DOMÍNIO GESTÃO E MELHORIA CONTINUA | 22 |
| 1.1. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | 22 |
| 1.1.1. Gestão da Sustentabilidade | 22 |
| 1.1.2. Compras sustentáveis | 22 |
| VINHA..... | 23 |
| 1.1.3. Sistemas de agricultura sustentável | 23 |
| 1.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS..... | 24 |
| 1.2.1. Ações com as partes Interessadas | 24 |
| 1.2.2. Contributo para a governança participada na região | 24 |
| 1.2.3. Envolvimento e desenvolvimento da Comunidade | 25 |
| 1.2.4. Impactos na Comunidade | 25 |
| TRANSFORMAÇÃO | 26 |
| 1.2.5 Promoção do consumo responsável de vinhos junto dos consumidores..... | 26 |
| 1.3. LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO..... | 26 |
| 1.3.1. Políticas e Procedimentos de ética e integridade | 26 |
| 1.3.2. Estrutura responsável pela sustentabilidade na organização | 27 |
| 1.3.3. Promoção da sustentabilidade na organização | 27 |
| 1.4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS..... | 27 |
| VINHA..... | 28 |
| 1.4.1. Gestão dos resíduos gerados na vinha..... | 28 |
| TRANSFORMAÇÃO | 28 |
| 1.4.2. Plano de gestão de resíduos | 28 |
| 1.4.3. Gestão de subprodutos..... | 29 |
| 1.4.4. Utilização de águas residuais | 29 |
| 1.5. QUALIDADE E RASTREABILIDADE | 30 |
| 1.5.1. Melhoria contínua de processos e produtos | 30 |

| | | |
|--------|--|----|
| 1.5.2. | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado | 30 |
| | TRANSFORMAÇÃO | 31 |
| 1.5.3. | Rastreabilidade | 31 |
| 1.5.4. | Controlo de Fornecedores | 31 |
| 2. | DOMÍNIO AMBIENTAL | 34 |
| 2.1. | <i>GESTÃO DA ÁGUA</i> | 34 |
| | VINHA..... | 34 |
| 2.1.1. | Fontes de água usadas na produção primária | 34 |
| 2.1.2. | Gestão dos Recursos Hídricos | 35 |
| 2.1.3. | Monitorização da qualidade da água de irrigação | 35 |
| 2.1.4. | Sistema de irrigação e seu funcionamento | 36 |
| 2.1.5. | Manutenção do sistema de rega..... | 36 |
| | TRANSFORMAÇÃO | 37 |
| 2.1.6. | Utilização de água na transformação..... | 37 |
| 2.1.7. | Qualidade da água | 37 |
| 2.1.8. | Eficiência da utilização da água..... | 38 |
| 2.1.9. | Sensibilização dos colaboradores para a eficiência hídrica..... | 38 |
| 2.2. | <i>GESTÃO DO SOLO</i> | 38 |
| | VINHA..... | 39 |
| 2.2.1. | Características físicas e químicas do solo..... | 39 |
| 2.2.2. | Mapeamento do Solo | 39 |
| 2.2.3. | Mobilização do solo | 40 |
| 2.2.4. | Gestão da erosão | 40 |
| 2.2.5. | Gestão do solo com culturas de cobertura | 41 |
| 2.2.6. | Matéria Orgânica | 41 |
| 2.2.7. | Gestão do azoto..... | 42 |
| 2.3. | <i>GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS</i> | 42 |
| | VINHA..... | 43 |
| 2.3.1. | Monitorização dos inimigos das culturas..... | 43 |
| 2.3.2. | Aplicação de fitofármacos..... | 43 |
| 2.3.3. | Minimização do impacto do efeito deriva | 44 |
| 2.3.4. | Manutenção e calibração dos pulverizadores..... | 44 |
| 2.3.5. | Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos | 45 |
| 2.3.6. | Tratamento de embalagens e de restos de calda | 45 |
| | TRANSFORMAÇÃO | 46 |
| 2.3.7. | Plano de gestão de pragas | 46 |
| 2.4. | <i>PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS</i> | 46 |
| | VINHA..... | 47 |
| 2.4.1. | Gestão de Habitats Naturais e Seminaturais | 47 |
| 2.4.2. | Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo | 47 |
| 2.4.3. | Espécies sensíveis | 48 |
| 2.4.4. | Gestão de habitats ripários | 48 |

| | | |
|--------------------|--|----|
| 2.4.5. | Habitat de aves e morcegos..... | 49 |
| 2.4.6. | Gestão de bosquetes e árvores isoladas..... | 49 |
| 2.4.7. | Gestão da vegetação (excluído os bosquetes e árvores isoladas) adjacentes à vinha..... | 50 |
| 2.5 | AÇÃO CLIMÁTICA | 50 |
| 2.5.1 | Pegada de Carbono..... | 50 |
| 2.5.2 | Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas..... | 51 |
| 2.5.3 | Medidas de Mitigação às Alterações Climáticas..... | 51 |
| 2.5.4 | Gestão dos poluentes atmosféricos..... | 52 |
| 2.5.5 | Logística e distribuição..... | 52 |
| 2.6 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | 53 |
| VINHA..... | | 53 |
| 2.6.1. | Consumo e utilização de energia..... | 53 |
| 2.6.2. | Plano de melhoria de eficiência energética..... | 54 |
| TRANSFORMAÇÃO..... | | 54 |
| 2.6.3 | Gestão da energia elétrica adquirida..... | 54 |
| 2.6.4 | Energias renováveis..... | 55 |
| 2.6.5 | Eficiência energética dos equipamentos..... | 55 |
| 2.6.6 | Iluminação..... | 56 |
| 2.6.7 | Aquecimento e ar condicionado (AVAC)..... | 56 |
| 2.6.8 | Sistemas de refrigeração..... | 57 |
| 3 | DOMÍNIO SOCIAL | 58 |
| 3.1 | CONDIÇÕES DE TRABALHO | 58 |
| 3.1.1 | Promover a equidade e a diversidade do emprego..... | 58 |
| 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho..... | 58 |
| 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas..... | 59 |
| 3.1.4 | Planeamento e objetivos de RH..... | 59 |
| 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração..... | 60 |
| 3.1.6 | Mão-de-obra subcontratada..... | 60 |
| 3.2 | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | 61 |
| 3.2.1 | Desenvolvimento da sustentabilidade “interna”..... | 61 |
| 3.2.2 | Formação profissional contínua..... | 61 |
| 3.2.3 | <i>Teambuilding</i> | 62 |
| 3.3 | IMPACTO LOCAL | 62 |
| 3.3.1 | Relação com a comunidade..... | 63 |
| 3.3.2 | Compras locais..... | 63 |
| 3.3.3 | Contributo para atividade turística na região..... | 63 |
| 3.3.4 | Contributo para a qualidade da paisagem..... | 64 |
| 3.4 | ENVOLVIMENTO SETORIAL | 64 |
| 3.4.1 | Colaboração com outras organizações vitivinícolas..... | 65 |
| 3.4.2 | Atualização tecnológica da organização..... | 65 |
| 4 | DOMÍNIO ECONÓMICO | 66 |

| | | |
|-------|--|-----------|
| 4.1 | <i>INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE</i> | 66 |
| 4.1.1 | Orçamento e controlo | 66 |
| 4.1.2 | Investimento | 66 |
| 4.1.3 | Eficiência dos fatores de produção | 67 |
| 4.1.4 | Parcerias e/ou relações com instituições de I&D | 67 |
| 4.1.5 | Economia e finanças..... | 68 |
| | VINHA..... | 68 |
| 4.1.6 | Plantação de vinhas novas | 68 |
| 4.2 | <i>MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS</i> | 69 |
| 4.2.1 | Plano de gestão de risco..... | 69 |
| 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível)..... | 70 |
| 4.2.3 | Reservatórios de combustível | 70 |
| | ANEXOS | 72 |
| | ANEXO I – MATRIZ DE TODOS OS INDICADORES | 72 |
| | ANEXO II - MATRIZ DE INDICADORES PARA A “VINHA” | 74 |
| | ANEXO III - MATRIZ DE INDICADORES PARA A “TRANSFORMAÇÃO” | 75 |
| | ANEXO IV - INDICADORES “KO” | 76 |
| | ANEXO V - INDICADORES “KO” PRODUÇÃO PRIMÁRIA (VINHA)..... | 77 |
| | ANEXO VI - INDICADORES “KO” TRANSFORMAÇÃO | 78 |
| | ANEXO VII - IDENTIFICAÇÃO E PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS DE AÇÃO RELEVANTES..... | 79 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|--|----|
| TABELA 1 - PONTUAÇÃO ASSOCIADA AO CUMPRIMENTO DE CADA NÍVEL, NOS INDICADORES DO REFERENCIAL..... | 14 |
|--|----|

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| FIGURA 1 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | 7 |
| FIGURA 2 - VISÃO GERAL DOS COMPONENTES DO PACTO ECOLÓGICO EUROPEU | 8 |
| FIGURA 3 - OS 5 PRINCÍPIOS GERAIS DA VITIVINICULTURA SUSTENTÁVEL, DE ACORDO COM A OIV | 10 |
| FIGURA 4 - OPERADORES E FAMÍLIAS DE PRODUTOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE..... | 13 |
| FIGURA 5 - ESQUEMA SIMPLIFICADO DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO DO REFERENCIAL NACIONAL . | 13 |
| FIGURA 6 - EXPLICAÇÃO DAS ETAPAS ASSOCIADAS AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO PELO REFERENCIAL NACIONAL | 14 |
| FIGURA 7 - EXEMPLO DO CÁLCULO REALIZADO PARA AFERIR O NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE | 15 |
| FIGURA 8 - NÍVEIS DE SUSTENTABILIDADE DO REFERENCIAL NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO | 15 |

| | |
|--|----|
| FIGURA 9 - DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO DO REFERENCIAL NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DO SECTOR VITIVINÍCOLA | 16 |
| FIGURA 10 - N.º DE CAPÍTULOS E INDICADORES EM CADA DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO | 16 |
| FIGURA 11 – CAPÍTULOS E INDICADORES DO DOMÍNIO GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA | 17 |
| FIGURA 12 - FIGURA 12 - CAPÍTULOS E INDICADORES DO DOMÍNIO AMBIENTAL (PARTE 1) | 18 |
| FIGURA 13 - CAPÍTULOS E INDICADORES DO DOMÍNIO AMBIENTAL (PARTE 2) | 19 |
| FIGURA 14 - CAPÍTULOS E INDICADORES DO DOMÍNIO SOCIAL..... | 20 |
| FIGURA 15 - CAPÍTULOS E INDICADORES DO DOMÍNIO ECONÓMICO | 21 |

SIGLAS

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CE - Comissão Europeia

EM - Estado Membro da União Europeia

EPI - Equipamento de proteção pessoal

GEE - Gases com Efeito de Estufa

GTO - Grupo Técnico Operacional

ha - hectare

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas

IVV - Instituto da Vinha e do Vinho

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIV - Organização Internacional da Vinha e do Vinho

PAC - Política Agrícola Comum

PEPAC - Plano Estratégico da PAC 2023-2027

SAU - Superfície Agrícola Utilizada

SIVV - Sistema de Informação da Vinha e do Vinho

SROA/CNROA - Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário/Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário

UE - União Europeia

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Final corresponde à conclusão do projeto de “Desenvolvimento de Requisitos para a criação de um Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Sector Vitivinícola”.

Este projeto visou construir um referencial que possa ser usado como ferramenta de trabalho pelas organizações do setor vitivinícola nacional, de forma a contribuir objetivamente para a certificação da sustentabilidade. Pretende-se a certificação das organizações, de forma que a mesma possa ser evidenciada a nível dos mercados nacional e internacional, inclusivamente, mediante condições a estabelecer, ao nível do produto comercializado. O referencial enumera os requisitos mínimos de implementação aplicáveis a todas as organizações do setor vitivinícola que se proponham obter a respetiva certificação, bem como os indicadores, métricas e objetivos para cada um dos requisitos.

As linhas orientadoras do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Sector Vitivinícola, definidos no caderno de encargos, são:

- A **abrangência nacional** - um referencial de âmbito nacional, tendo em consideração as especificidades de cada região onde o operador exerce a sua atividade
- A **inclusividade** - referencial inclusivo, universal e equitativo, prevendo a sua aplicação e acessibilidade a organizações de micro, pequena, média e grande dimensão, bem como às organizações com atividade multiregional
- A **simplicidade** - referencial explícita através duma formulação simplificada e transparente, sem prejuízo de preconizar o modelo de melhoria contínua
- A **credibilidade** - referencial assegura um modelo de credibilização à luz dos sistemas existentes e dos modelos internacionais em vigor

Fazem parte integrante deste Referencial, as Especificações Técnicas e o Glossário. As Especificações Técnicas detalham os requisitos associados à certificação das organizações ao abrigo do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade, e o Glossário contém as definições dos conceitos utilizados no Referencial.

Este Referencial integra a maioria das recomendações apresentadas pelos membros do Grupo Técnico Operacional, que acompanharam este projeto de forma muito próxima, relativamente ao Relatório Preliminar.

Este Referencial foi desenvolvido pelo IVV, homologado por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura em 06-10-2022, sendo a ViniPortugal a Entidade Gestora.

@ IVV / Todos os Direitos Reservados

OBJETIVOS

"Há pouco tempo para ações corretivas" foi uma mensagem da Comissão Mundial sobre Ambiente e Desenvolvimento: O Nosso Futuro Comum (1988). E ainda refere que: "enquanto os cientistas continuam a investigar e debater causas e efeitos, em muitos casos já sabemos o suficiente para justificar uma ação. Isto é verdade local e regionalmente em casos de ameaças como: desertificação, desflorestação, resíduos tóxicos e acidificação; e é verdade globalmente para ameaças como: alterações climáticas, redução da camada de ozono, e extinção de espécies".

Os princípios do desenvolvimento sustentável foram o foco da "Cimeira da Terra do Rio" das Nações Unidas em 1992, que conduziu diretamente a convenções sobre alterações climáticas e diversidade biológica, e a sua evolução para o atual Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) e para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Atualmente, a definição de desenvolvimento sustentável, tal como adotada em 2015 pelas Nações Unidas na sua Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, consiste em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 1). Esta nova agenda inclui objetivos como "Produção e Consumo Sustentáveis" (ODS 12), "Energias Renováveis" (ODS 7) "Trabalho Digno e Crescimento Económico" (ODS 8), "Combater as Alterações Climáticas" (ODS 13) ou "Ecossistemas Terrestres e Biodiversidade" (ODS 15). Em 2016, quando o Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas entrou em vigor, a necessidade de limitar o aumento das temperaturas globais foi acrescentada aos objetivos de sustentabilidade.



Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os objetivos de desenvolvimento sustentável não podem ser alcançados apenas por políticas públicas. É necessária a participação de empresas e organizações privadas que possam apoiar a implementação de iniciativas concretas no terreno.

Apesar disso, as políticas públicas são essenciais para “acelerar” algumas tomadas de decisão. A União Europeia, sendo signatária de diversas convenções internacionais sobre alterações climáticas e serviços ambientais e querendo liderar este processo a nível global, apresentou, em março de 2020, o Pacto Ecológico Europeu (Green Deal) (Figura 2) que estabelece uma estratégia para transformar a UE numa sociedade justa e próspera, focada numa economia eficiente e competitiva em termos de recursos e sem emissão líquida de gases com efeito de estufa em 2050.

As estratégias da UE estão a construir-se, para esse objetivo, em temas como o uso do solo, a agricultura, a biodiversidade, o uso de água, a produção de energia, o desenvolvimento rural, a atividade empresarial e a inovação.

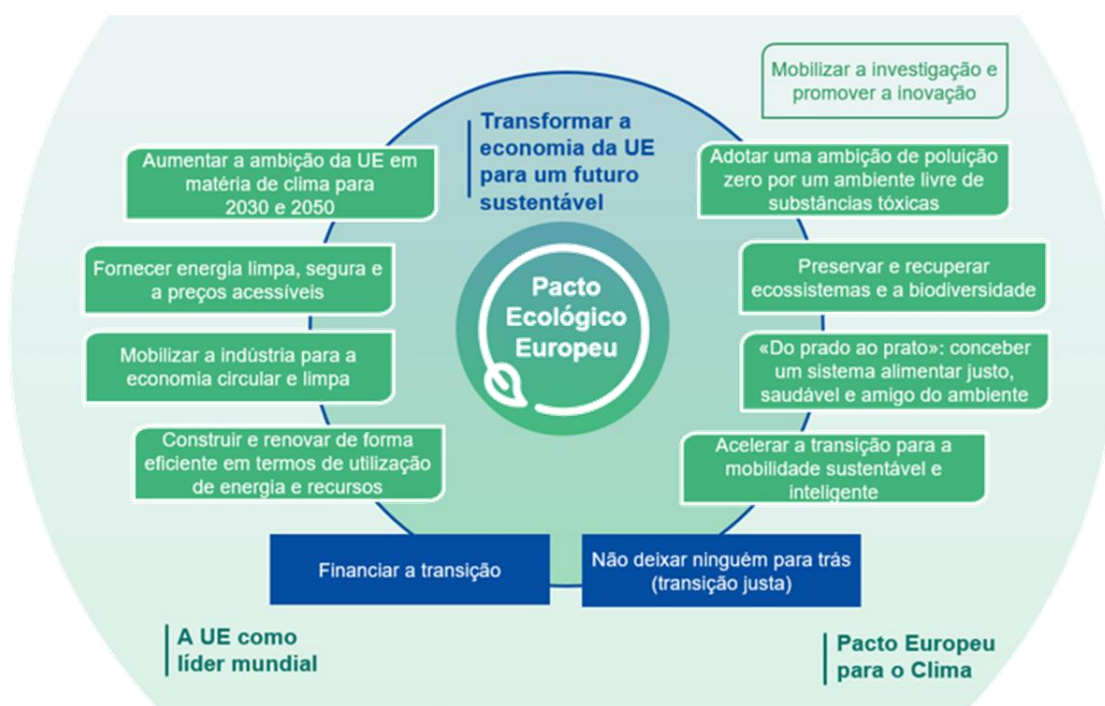


Figura 2 - Visão geral dos componentes do Pacto Ecológico Europeu

O Pacto Ecológico Europeu reconhece que as alterações climáticas e a degradação ambiental são uma ameaça existencial para a Europa e para o Mundo e reconhece que a participação ativa das populações e a confiança na transição é primordial para que as políticas funcionem e sejam aceites.

Também identifica a necessidade de um novo pacto para reunir cidadãos em toda a sua extensão, incluindo autoridades nacionais, regionais, locais, sociedade civil e indústria, e

trabalhando em estreita colaboração com instituições e órgãos consultivos da União Europeia (UE) e dos Estados Membros (EM).

Para alcançar os seus objetivos será necessária coerência em áreas políticas a nível da UE relacionadas com ação climática, poluição, biodiversidade, agricultura e alimentação, entre outros.

Nos objetivos da reforma da PAC está definida a importância de abordagens sociais, económicas e ambientais no sentido de alcançar um sistema sustentável de produção agrícola, o que implica que cada EM, na definição do PEPAC tenha de refletir estas prioridades na construção da arquitetura dos seus programas; na revisão desses Planos Estratégicos Nacionais de aplicação da PAC, a Comissão Europeia verificará a sua coerência com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, e monitorizará os progressos no sentido da sua realização. Outro exemplo é o da estratégia “*Farm to Fork*”, em que é estabelecido o objetivo de conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente.

Por tudo isto, a definição de iniciativas de sustentabilidade no setor agrícola (quer sejam setoriais, regionais ou nacionais) são de extrema importância para garantir uma disseminação de práticas e para apoiar a diferenciação da produção nos mercados de consumo.

O sector vitivinícola, pela sua importância territorial, económica, social e ambiental, pode liderar este “caminho” e desempenhar o seu papel na realização dos objetivos de sustentabilidade. Esta crescente importância da questão da sustentabilidade, em particular no setor vitivinícola, tem conduzido a OIV a liderar a discussão do tema e a partilhar definições, conceitos e práticas operacionais dentro do sector.

Conforme é reconhecido na Resolução OIV-CST 518-2016 (PRINCÍPIOS GERAIS DA VITIVINICULTURA SUSTENTÁVEL), “o desenvolvimento sustentável faz parte de um processo em contínua evolução, o que significa que pode ser constantemente adaptado à especificidade das alterações ambientais, económicas e sociais. Isto requer grande flexibilidade e adaptabilidade por parte dos operadores individuais, empresas e autoridades, a fim de respeitar os objetivos de sustentabilidade e de aproveitar as oportunidades que podem advir da inovação e da utilização dos instrumentos adequados de planeamento, avaliação, controlo e comunicação”.

Na Resolução OIV-VITI 641-2020 (GUIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA VITIVINICULTURA SUSTENTÁVEL) são identificados os principais desafios colocados ao sector vitivinícola na adaptação da abordagem de sustentabilidade:

- Manter um mercado sustentável de acordo com as expectativas da sociedade, tanto dentro como fora da organização, mantendo a competitividade económica e produtiva
- Melhorar a confiança da sociedade nas empresas vitivinícolas através da implementação de uma abordagem baseada na sustentabilidade

- Desenvolver uma vitivinicultura sustentável com o objetivo de prevenir impactos ambientais negativos e de se adaptar às alterações climáticas, através da adequação das práticas de produção

Este Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola procura promover a sustentabilidade das organizações do sector, de diferentes tipologias de atividade, de diferentes dimensões e com diferentes níveis de evolução na implementação de práticas, no sentido que seja simples, inclusivo e credível.

As especificidades, nacionais e regionais, do setor em Portugal, bem como o enquadramento económico, social e ambiental foram considerados na concretização dos 5 princípios gerais da vitivinicultura sustentável definidos na Resolução OIV-CST 518-2016 (Figura 3).



Figura 3 - Os 5 princípios gerais da vitivinicultura sustentável, de acordo com a OIV

ABRANGÊNCIA, SEGMENTAÇÃO E ORIENTAÇÕES GERAIS

ORGANIZAÇÕES ABRANGIDAS

Este Referencial aplica-se a todas as organizações do setor vitivinícola nacional responsáveis e orientadas para a sustentabilidade, ou seja, aquelas que estão focadas na criação de valor económico, cultural, social e ambiental, cujas práticas e resultados são partilhados com os seus intervenientes e tendo em consideração preocupações ambientais e sociais.

As diferentes categorias de operadores abrangidos por este Referencial são:

- **Destilador** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede à destilação de vinhos, de vinhos aguardentados, de subprodutos da vinificação ou de produtos de qualquer outra transformação de uvas ou que procede à redestilação ou retificação de destilados daqueles produtos;
- **Engarrafador** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede, ou manda proceder, em regime de prestação de serviços, ao engarrafamento, assumindo-se como único responsável do produto;
- **Fabricante de vinagre de vinho** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede à transformação de vinho em vinagre;
- **Preparador**¹ - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que, a partir de vinho, de derivados deste e de subprodutos da vinificação, obtém produtos aptos a serem consumidos, com exceção do vinagre de vinho;
- **Produtor** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que produz vinho a partir de uvas frescas, de mostos de uvas ou de mostos de uvas parcialmente fermentados obtidos na sua exploração vitícola ou comprados;
- **Viticultor** - a pessoa singular ou coletiva que produz uvas
- **Vitivinicultor** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que elabora vinhos a partir de uvas frescas produzidas exclusivamente na sua exploração vitícola e de mosto concentrado ou de mosto concentrado retificado;
- **Vitivinicultor-engarrafador** - a pessoa singular ou coletiva que elabora vinho a partir de uvas frescas produzidas exclusivamente na sua exploração vitícola, em instalações próprias e exclusivas e que engarrafa nas mesmas ou nas de outrem, em regime de prestação de serviços, assumindo-se como único responsável do produto engarrafado, e de mosto concentrado e mosto concentrado retificado;

¹ Exemplo de um preparador: produtor de vinho Espumante

SEGMENTAÇÃO

Um dos grandes desafios na construção deste Referencial foi a criação de um documento com abrangência “universal”, independente da atividade e da dimensão das organizações. O Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola adapta-se aos operadores nacionais do setor, incluindo questões relacionadas com as principais variáveis que, hoje em dia, impactam a sustentabilidade do sector vitivinícola nacional, europeu e mundial, tendo em consideração as recomendações internacionais setoriais e um vasto conjunto de iniciativas internacionais, e que seja acessível, tanto pelas organizações que irão implementar como na compreensão por parte dos diferentes *stakeholders*.

No sentido de facilitar a aplicabilidade do referencial foram definidas duas tipologias de atividades: 1) Produção Primária (Vinha) e 2) Transformação. Desta forma, e de acordo com as recomendações da OIV, enquadram-se os diferentes operadores e famílias de produtos abrangidos (SIVV) (Figura 4).

| ATIVIDADE | OPERADOR | FAMÍLIA DE PRODUTOS |
|---------------------------|--------------------------------|--|
| Produção Primária (Vinha) | Viticultor | Uvas |
| | Vitivinicultor | |
| | Vitivinicultor-engarrafador | |
| Transformação | Destilador | Destilados de Origem Vitivinícola |
| | Engarrafador | Mostos |
| | Fabricante de vinagre de vinho | Vinhos |
| | Preparador | Vinagres |
| | Produtor* | Outros Produtos de Origem Vitivinícola |
| | Vitivinicultor* | |
| | Vitivinicultor-engarrafador* | |

* Operadores de 1.ª transformação

Figura 4 - Operadores e famílias de produtos por tipologia de Atividade

ORIENTAÇÕES GERAIS

As organizações que pretendem realizar uma avaliação devem começar por compreender o conceito de sustentabilidade, conforme definido pela OIV, bem como fazer uma leitura prévia do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola.

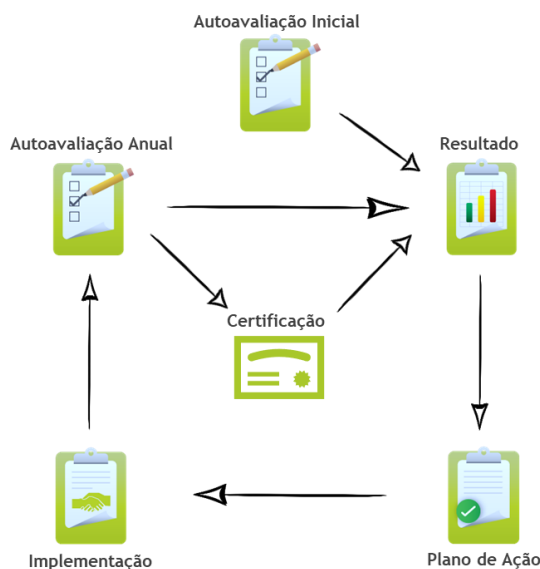


Figura 5 - Esquema simplificado das etapas do processo de avaliação/certificação do Referencial Nacional

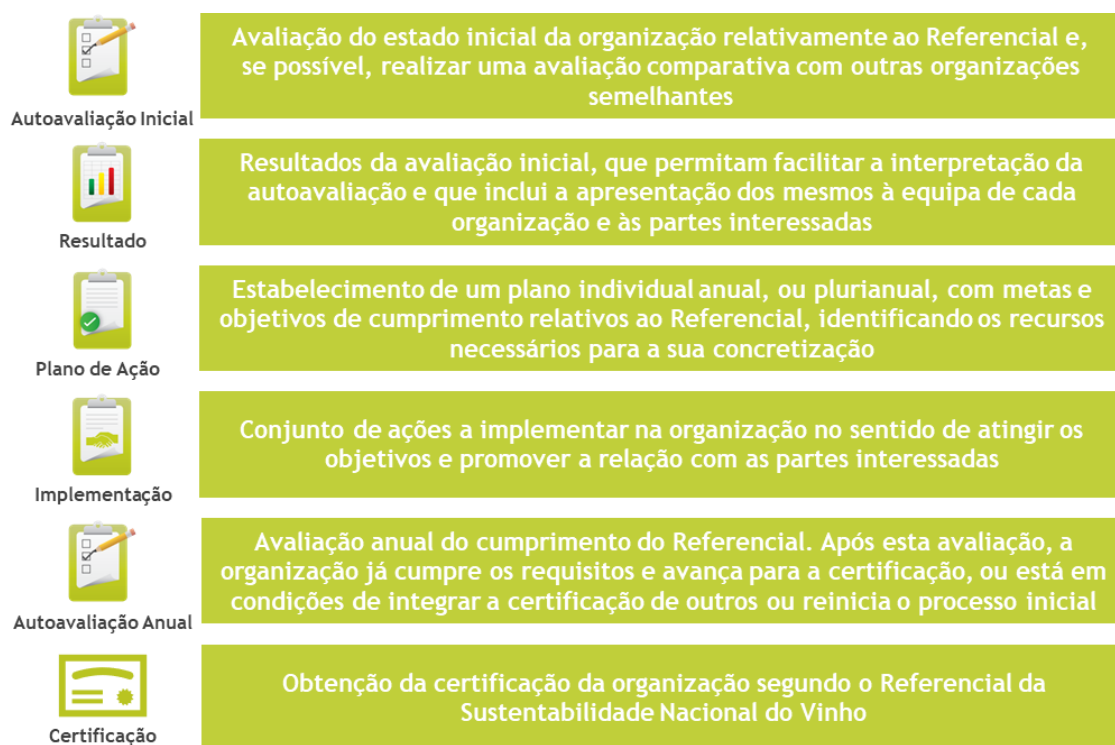


Figura 6 - Explicação das etapas associadas ao processo de avaliação/certificação pelo Referencial Nacional

As organizações devem fazer a sua avaliação, ao abrigo do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola, relativamente à dimensão da totalidade da sua atividade em território nacional e não apenas de cada uma das suas empresas e/ou explorações.

Cada operador, com base na(s) sua(s) atividade(s), terá diferentes número de indicadores a cumprir. Portanto, embora o Referencial contenha 86 indicadores distribuídos em 17 capítulos, cada operador será avaliado apenas naqueles que se ajustam à sua atividade, de acordo com o ANEXO II - Matriz de indicadores para a “Vinha”, no caso da Produção Primária, e com o ANEXO III - Matriz de indicadores para a “Transformação”, no caso da Transformação.

Nos casos de operadores verticalmente integrados (Produção Primária - Vinha e Transformação), será necessário responder à totalidade dos indicadores (ANEXO I - Matriz de todos os indicadores) para o conjunto de atividades do operador.

Os diferentes indicadores que compõem o Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola têm três níveis de cumprimento, mediante o grau de exigência. A estes níveis corresponde uma pontuação, de acordo com a Tabela 1.

Tabela 1 - Pontuação associada ao cumprimento de cada nível, nos indicadores do Referencial

| NÍVEL | PONTUAÇÃO |
|---------------------------|------------------|
| Não cumpre Nível 1 | 0 pontos |
| Cumpre Nível 1 | 1 ponto |
| Cumpre Nível 2 | 2 pontos |
| Cumpre Nível 3 | 3 pontos |

Existem indicadores que podem ser “Não aplicáveis” (N/A) à realidade do operador, passando esse indicador a não ser contabilizado na análise da avaliação final do grau de sustentabilidade. No caso de operadores com multilocal (ou seja, com mais do que um estabelecimento de atividade), um indicador só é considerado “Não Aplicável” caso não se aplique a nenhum dos locais.

Para além disso, foram definidos indicadores “KO”, ou seja, indicadores cujo cumprimento (mínimo Nível 1) é obrigatório para todos os operadores, de acordo com a sua atividade (ANEXO IV - Indicadores “KO”).

Os indicadores (com exceção dos “KO” que são aplicáveis a todos os operadores) para serem considerados “Não Aplicável” terão de ser justificados de forma objetiva para que possa ser verificável por uma entidade externa.

O nível de sustentabilidade final é avaliado pela % de pontuação obtida face à pontuação aplicável, de acordo com o exemplo da Figura 7 (um exemplo de um produtor de vinha).

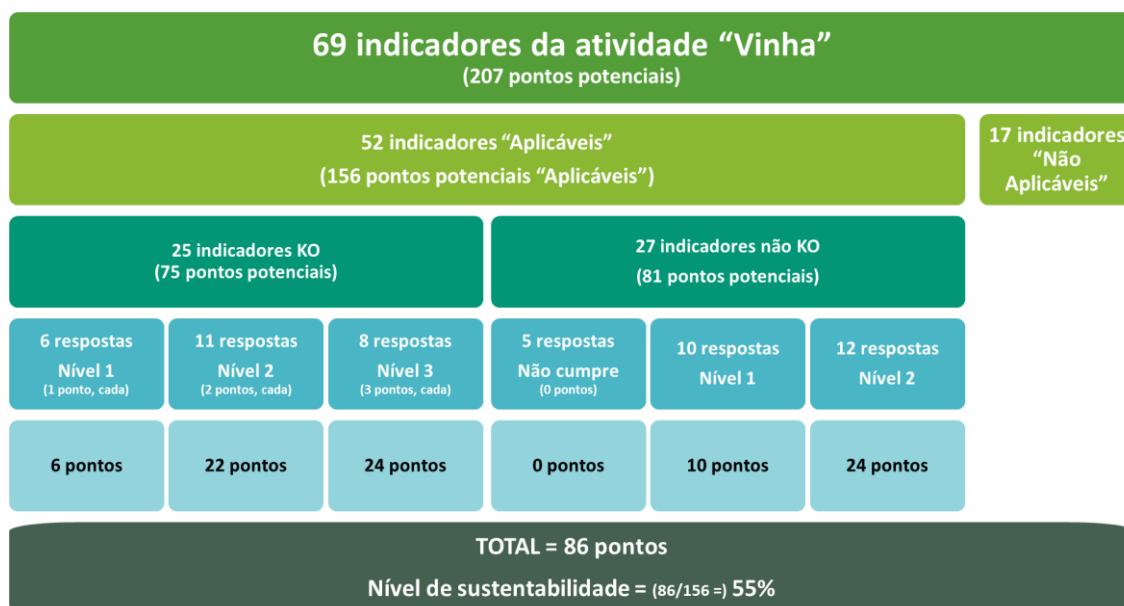


Figura 7 - Exemplo do cálculo realizado para aferir o nível de sustentabilidade

No final, a % de pontuação obtida permitirá enquadrar o operador no nível de sustentabilidade de acordo com a Figura 8 (nota: o exemplo da Figura 7 teria um Nível C de sustentabilidade).



Figura 8 - Níveis de Sustentabilidade do Referencial Nacional de Certificação

DOMÍNIOS, ÁREAS DE INTERVENÇÃO E INDICADORES

Com base na análise comparativa com as diversas iniciativas internacionais analisadas, apresentado no Relatório de Diagnóstico, e tendo, como referenciais de base, as resoluções OIV no âmbito da sustentabilidade para o setor vitivinícola, o Referencial foi construído tendo em consideração 4 vetores de intervenção centrais (domínios): 1) Gestão e Melhoria Contínua, 2) Ambiental, 3) Social e 4) Económico (Figura 9).



Figura 9 - Domínios de Intervenção do Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Sector Vitivinícola

O Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade do Setor Vitivinícola tem um conjunto de indicadores (86), dos quais 28 são indicadores “KO”, organizados em capítulos (17) e distribuídos pelos 4 Domínios de Intervenção (Figura 10). Os indicadores “KO” estão no ANEXO IV - Indicadores “KO”, sendo alguns aplicáveis à Produção Primária (Vinha) e outros à Transformação.



Figura 10 - N.º de capítulos e indicadores em cada Domínio de Intervenção

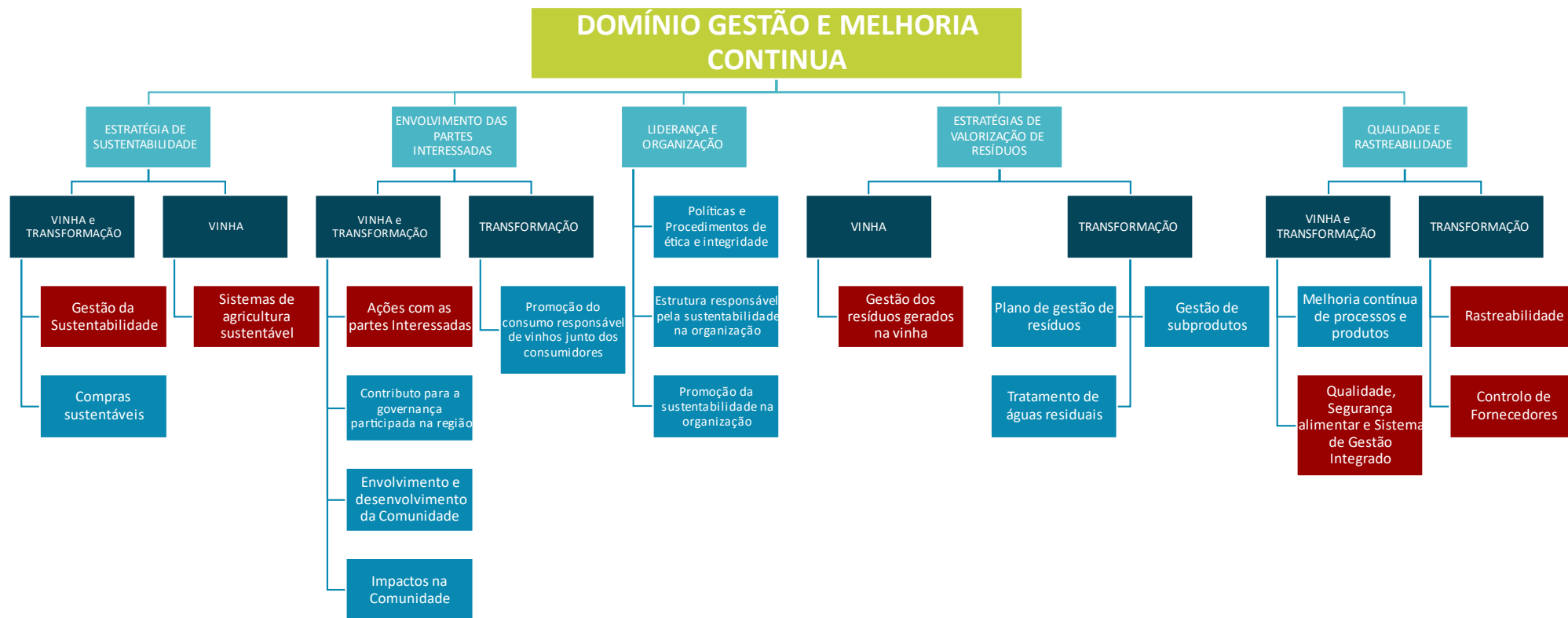


Figura 11 - Capítulos e indicadores do Domínio Gestão e Melhoria Contínua



Figura 12 - Figura 12 - Capítulos e indicadores do Domínio Ambiental (parte 1)



Figura 13 - Capítulos e indicadores do Domínio Ambiental (parte 2)



Figura 14 - Capítulos e indicadores do Domínio Social

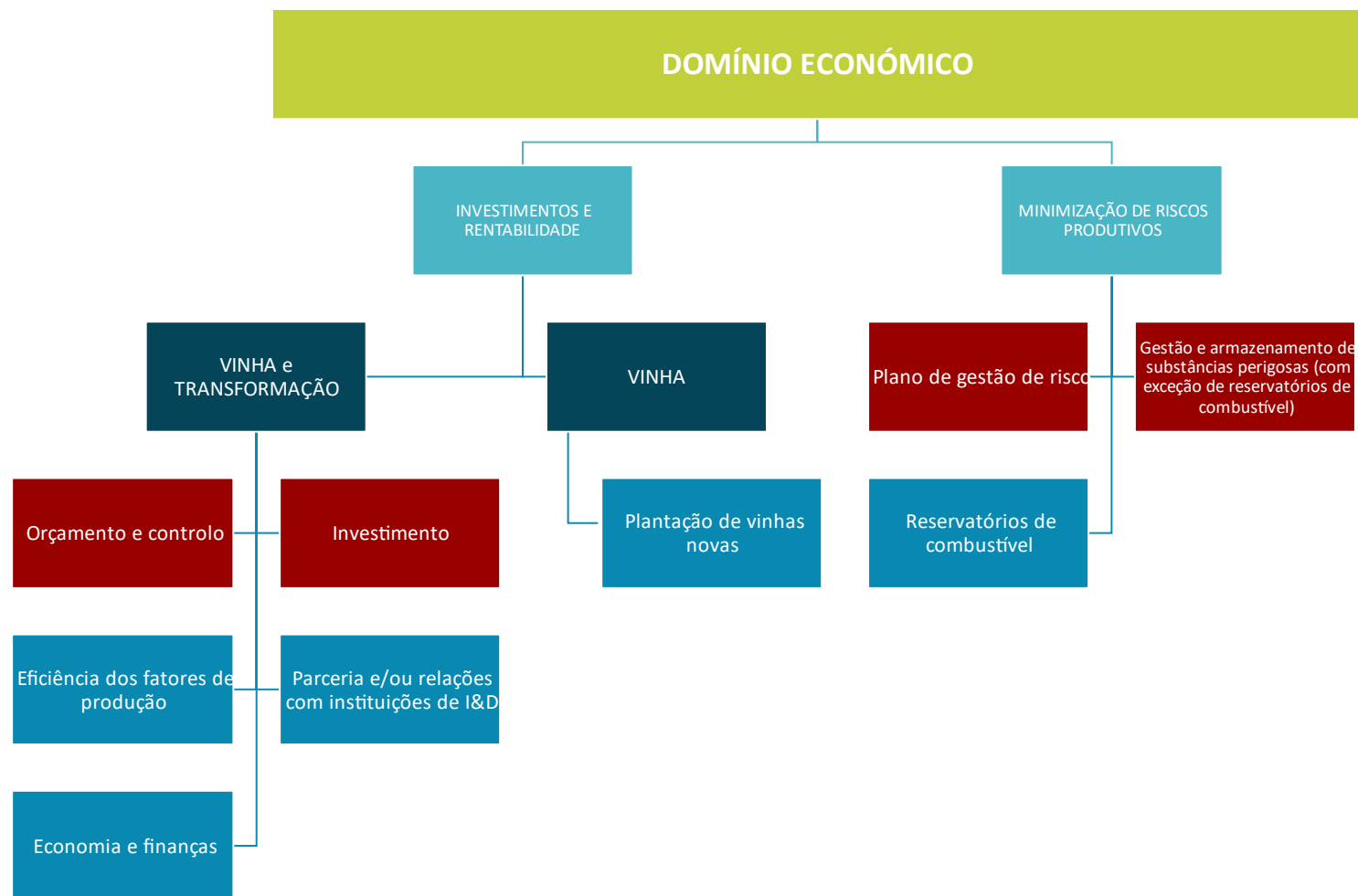


Figura 15 - Capítulos e indicadores do Domínio Económico

1. DOMÍNIO GESTÃO E MELHORIA CONTINUA

1.1. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Este capítulo está intimamente relacionado com o princípio nº 1 da OIV: "Uma abordagem sustentável integra os aspetos ambientais, sociais e económicos". Permite avaliar o grau de envolvimento e empenho da gestão da organização na estratégia de sustentabilidade.

1.1.1. Gestão da Sustentabilidade

| | | | |
|-----------------|--------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Estratégia de Sustentabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem evidências sobre a identificação de ações de sustentabilidade na organização, e de uma avaliação da prioridade da sua implementação. No ANEXO VII - Identificação e priorização de áreas de ação relevantes, pode ser consultada uma metodologia de avaliação das prioridades como exemplificado na Resolução OIV-VITI 641-2020.

NÍVEL 2: Existe uma avaliação documentada, com um acompanhamento periódico, dos impactos ético-culturais, ambientais e sociais decorrentes das atividades da organização.

NÍVEL 3: Existe uma estratégia de sustentabilidade e um compromisso da gestão de topo, que inclui objetivos, necessidade, formação da gestão e do pessoal, práticas concretas e iniciativas de comunicação com personalidades ou organizações relevantes para o setor da vinha e vinho.

1.1.2. Compras sustentáveis

| | | | |
|-----------------|--------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Estratégia de Sustentabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem orientações com critérios claros de sustentabilidade para as compras, de produtos e serviços, da organização, como por exemplo, privilegiar fornecedores com certificações ambientais ou sociais.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe uma avaliação periódica à conformidade dos fornecedores relativamente ao cumprimento de critérios de sustentabilidade e eventuais certificações. Existem evidências que houve um esforço de encontrar produtos, materiais e serviços mais sustentáveis.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a seleção de fornecedores, seja para a aquisição de matérias subsidiárias, seja para a contratação de serviços, depende do cumprimento dos critérios de sustentabilidade e certificações adotadas na avaliação. A título de exemplo, são privilegiados fornecedores que utilizem menos embalagens, materiais reciclados, soluções ambientais mais favoráveis, que tenham uma atitude de pagamento pontual (ex: Compromisso de Pagamento Pontual), políticas responsáveis de recrutamento e de Higiene e Segurança no Trabalho (HST) e com certificações ambientais ou sociais. Existem metas para aumentar as compras sustentáveis.

VINHA

1.1.3. Sistemas de agricultura sustentável

| | | | |
|-----------------|--------------------------------|---------------------|------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Estratégia de Sustentabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Para além de seguir os princípios da Proteção Integrada, demonstra cumprir os princípios da Produção Integrada relacionados com a utilização de fertilizantes e utiliza caderno de campo para registo das operações.

NÍVEL 2: Cumpre as normas da Produção Integrada, e/ou de Modo de Produção Biológico, e obteve certificação há menos de 5 anos².

NÍVEL 3: Obteve certificação de Produção Integrada, e/ou de Modo de Produção Biológico, há mais de 5 anos.

Nota: No Nível 1, as verificações dos princípios da Produção Integrada englobam a existência de uma estratégia de fertilização (e rega, se existir), que deve ser orientada para a nutrição adequada das culturas. Pelo que deve estabelecer-se para a exploração agrícola, um plano de fertilização (e um plano de rega, se a vinha for regada), por parcela homogénea, no qual são definidos, os tipos, as quantidades, as épocas e as técnicas de aplicação dos fertilizantes, os quais devem ser revistos periodicamente em função das análises de solo. Os fertilizantes a aplicar devem obedecer às normas legais vigentes, devendo, em especial, ser isentos ou possuir teores muito baixos de metais pesados ou de outras substâncias perigosas para o ambiente, e ser apenas usados fertilizantes com micronutrientes quando a sua necessidade for tecnicamente reconhecida

² E que se mantém válida

1.2. ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

As partes interessadas são todas as pessoas, ou grupos de pessoas, que podem afetar ou ser afetadas pela organização.

A maioria das organizações do setor vitivinícola nacional estão localizadas em comunidades rurais, o que as torna um ator muito importante na contribuição para o desenvolvimento das mesmas. Cada comunidade rural é caracterizada por diferentes problemas associados a cada contexto. O tipo de relação ou ligações que a organização tem com a sua comunidade é um dos principais exemplos da implementação dos valores com que se compromete.

1.2.1. Ações com as partes Interessadas

| | | | |
|-----------------|---|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento com as partes interessadas | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existe um registo das partes interessadas, identificando as mesmas e classificando-as de acordo com a sua relevância para a organização.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um registo das interações e dos canais de comunicação utilizados com as partes interessadas, nomeadamente ao nível das expectativas.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe documentação e relatórios sobre riscos, expectativas, compromissos assumidos e ações realizadas com alguns dos intervenientes mais relevantes.

1.2.2. Contributo para a governança participada na região

| | | | |
|-----------------|---|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento com as partes interessadas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização participa em ações coletivas da região, ou das regiões, em que sita a sua atividade.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, a organização participa nas estruturas de governança locais em resposta às necessidades do sector com vista ao desenvolvimento da política local.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a organização participa no desenvolvimento de estratégias para o desenvolvimento do sector na região, ou nas regiões, em que sita a sua atividade.

1.2.3. Envolvimento e desenvolvimento da Comunidade

| | | | |
|-----------------|---|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento com as partes interessadas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem canais de comunicação permanentes com a comunidade envolvente e dá resposta, por escrito ou através de ações verificáveis, às suas exigências, sugestões e/ou pedidos.

NÍVEL 2: Participa em ações de representantes da comunidade e vizinhos para abordar questões e iniciativas em prol da comunidade, da organização e de outras partes interessadas ou integra organizações associativas já existentes.

NÍVEL 3: Tem um plano anual de desenvolvimento comunitário com um orçamento ajustado ao diagnóstico prévio por forma a responder às necessidades da comunidade.

1.2.4. Impactos na Comunidade

| | | | |
|-----------------|---|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento com as partes interessadas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Realiza diagnósticos de impactos na comunidade como resultado das suas operações e do local onde se encontram (urbano, rural, industrial); a título de exemplo: o nível de ruído, tráfego de veículos, intensidade do odor, entre outros. As pessoas/organizações vizinhas têm informação sobre como contactar a vinha e/ ou a unidade de transformação e existem processos internos para recolher e analisar essa informação.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, desenvolve indicadores que lhe permitem monitorizar, e gerir, os seus impactos na comunidade.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, desenvolve planos regulares de melhoria para reduzir os impactos na comunidade, garantindo que os vizinhos estão bem informados sobre essas atividades.

TRANSFORMAÇÃO

1.2.5 Promoção do consumo responsável de vinhos junto dos consumidores

| | | | |
|-----------------|---|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Envolvimento com as partes interessadas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de um plano de comunicação com vista à promoção do consumo responsável de álcool, nomeadamente, a identificação de grupos-alvo (incluindo empregados), canais de comunicação adequados.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, apoia atividades ou campanhas coletivas nacionais/locais, como por exemplo o Programa Vinho com Moderação, ou similares.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, participa em iniciativas coletivas destinadas a salvaguardar/promover tradições, rituais, padrões de consumo, normas ligadas a culturas responsáveis de consumo de vinho (por exemplo, a ligação do vinho a dietas específicas como, por exemplo, a dieta mediterrânica - Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO).

1.3. LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO

Numa estratégia de sustentabilidade, as equipas de gestão das organizações devem liderar o processo de mudança e adequar a estrutura da organização para que possa incorporar os objetivos de forma inequívoca e que permita a operacionalização das prioridades definidas.

1.3.1. Políticas e Procedimentos de ética e integridade

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Liderança e organização | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe uma política geral sobre valores, ética e integridade da organização.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe uma descrição detalhada dos valores, princípios éticos e/ou normas de integridade a serem respeitados, disponível a todos os seus colaboradores.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe um Código de Conduta que indica claramente o que é e o que não é permitido e um procedimento para a formação de pessoal a esse respeito.

1.3.2. Estrutura responsável pela sustentabilidade na organização

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Liderança e organização | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe, pelo menos, uma pessoa responsável pela gestão das questões ambientais e sociais da organização identificada no organigrama e com ligação direta à gestão de topo.

NÍVEL 2: Existe uma equipa (departamento, área ou grupo pluridisciplinar) responsável pela gestão de todas as questões de sustentabilidade.

NÍVEL 3: A equipa de trabalho dedicada à sustentabilidade acumula a responsabilidade de procurar sistematicamente novas práticas e processos de melhoria e comunicá-los à equipa de gestão e à organização.

1.3.3. Promoção da sustentabilidade na organização

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Liderança e organização | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe uma comunicação ocasional acerca dos objetivos e atividades relacionadas com a sustentabilidade verticalmente na organização (ex.: reuniões de trabalho, comunicação interna, entre outros).

NÍVEL 2: A equipa de gestão, periodicamente, promove a discussão da sustentabilidade, solicitando sugestões e ideias para melhorar a eficiência das operações.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem incentivos, bónus, ou programas de reconhecimento para contribuições extraordinárias para o aumento da sustentabilidade da organização.

1.4. ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS

Nas organizações do setor vitivinícola são gerados diferentes tipos de resíduos. O conhecimento do tipo de resíduos gerados e da sua quantidade facilita a redução da quantidade gerada e/ou a substituição de certos tipos de materiais por outros, reduzindo o risco que os resíduos podem causar à saúde e à segurança das pessoas e do ambiente. É necessário garantir uma recolha adequada e eliminação seletiva dos resíduos, identificando o destino dos resíduos.

Para levar a cabo estas ações, é necessário o envolvimento do pessoal da organização, pelo que a formação desempenha um papel fundamental.

VINHA

1.4.1. Gestão dos resíduos gerados na vinha

| | | | |
|-----------------|--|---------------------|-------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Estratégias de valorização de resíduos | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Estão identificadas as fontes de resíduos, sólidos, líquidos e/ou atmosféricos, gerados na vinha.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe documentação que indica o local de armazenamento e de destino para a eliminação dos resíduos identificados. Existem recipientes para resíduos sólidos urbanos na exploração e separa dos resíduos perigosos de outros resíduos. Existe uma separação e armazenamento adequado dos resíduos não perigosos.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, elimina adequadamente os resíduos sólidos, conforme apropriado e de forma distinta, por exemplo, resíduos sólidos urbanos são encaminhados para um sistema de recolha municipal ou para empresas adequadas. Resíduos perigosos são encaminhados para operadores licenciados. Existe reaproveitamento, sempre que possível dos resíduos orgânicos, para compostagem ou incorporação no solo. Realiza a separação de resíduos conforme se trata de papel, vidro, plástico e metal e encaminha-os para a devida reciclagem. Existem iniciativas e ações de prevenção com enfoque nos 4R: Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Reparar.

TRANSFORMAÇÃO

1.4.2. Plano de gestão de resíduos

| | | | |
|-----------------|--|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Estratégias de valorização de resíduos | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de ações de redução, reutilização e reciclagem de resíduos na organização.

NÍVEL 2: Nos últimos 3 anos a organização efetuou uma auditoria de resíduos cobrindo todas as atividades e existe um sistema de monitorização que acompanha regularmente a produção dos resíduos. Os resíduos gerados são encaminhados para a reciclagem e existem registos das quantidades e destino final.

NÍVEL 3: Os resultados da auditoria, realizada há menos de 3 anos, foram utilizados como critérios de decisão para compras, procedimentos de inventário, produção, embalamento e

formação aos colaboradores e existem objetivos anuais tanto para a redução de resíduos sólidos, como para o encaminhamento de resíduos para reutilização e reciclagem. São calculados indicadores de produção de resíduos (por exemplo: quantidade total de resíduos por tipo e por ano, percentagem (%) de resíduos reciclados, % de resíduos orgânicos compostados).

1.4.3. Gestão de subprodutos

| | | | |
|-----------------|--|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Estratégias de valorização de resíduos | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências que demonstram que a organização procurou alternativas para valorizar subprodutos da sua atividade.

NÍVEL 2: Os subprodutos, cumprindo todos os requisitos legais, são sujeitos a algum tipo de valorização (exemplos: encaminhamento das borras e bagaços para prestação vínica, incorporação nos solos das vinhas, transformação para alimentos compostos para animais ou para fazer composto (fora da organização)).

NÍVEL 3: A organização investiu em sistemas/práticas de economia circular associada à valorização dos subprodutos (exemplo: produz composto nas imediações da unidade de transformação e o material daí resultante é aplicado na agricultura).

1.4.4. Utilização de águas residuais

| | | | |
|-----------------|--|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Estratégias de valorização de resíduos | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um plano documentado para implementar uma estratégia de reaproveitamento das águas residuais³ para atividades da organização.

NÍVEL 2: Foram realizados investimentos que permitem uma utilização das águas residuais em atividades desenvolvidas pela organização.

³ Águas residuais tratadas

NÍVEL 3: A organização já utiliza águas residuais há mais de 3 anos, e participa em projetos de transferência de conhecimento que promovam esta prática junto de outras organizações do setor.

1.5. QUALIDADE E RASTREABILIDADE

Este capítulo aborda os requisitos mínimos de qualidade e segurança alimentar associada às organizações do setor. Produzir alimentos seguros é um requisito fundamental para a sustentabilidade da vinicultura.

1.5.1. Melhoria contínua de processos e produtos

| | | | |
|-----------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Qualidade e rastreabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um aconselhamento técnico, por pessoal competente⁴ (externo ou interno à organização) que apoia e orienta as práticas vitícolas e/ou enológicas com o objetivo de constante melhoria da qualidade dos produtos.

NÍVEL 2: Existem registos de atividades, como por exemplo, ensaios de viticultura ou ensaios de microvinificação que têm como objetivo testar diferentes técnicas ou processos com vista à melhoria da qualidade dos produtos.

NÍVEL 3: Existe um Plano de Ação anual que estabelece os objetivos, identifica os técnicos responsáveis e estipula a calendarização de atividades com o intuito de melhorar os processos e produtos vitivinícolas.

1.5.2. Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado

| | | | |
|-----------------|-----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Qualidade e rastreabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Tem implementadas boas práticas de higiene e segurança alimentar e acompanha a evolução regulamentar e tecnológica em relação a potenciais riscos sanitários, para garantir

⁴ Licenciatura ou Bacharelato em Ciências Agrárias ou Ambiente

que os produtos, processos, ingredientes, produtos enológicos e matérias subsidiárias utilizados não representam um risco para a saúde e segurança dos consumidores. Na transformação existe um sistema de HACCP implementado na organização e evidências da monitorização dos Pontos Críticos de Controlo (PCCs).

NÍVEL 2: A organização tem um Sistema de Gestão da Qualidade e/ou da Segurança Alimentar implementado e certificado.

NÍVEL 3: Possui Sistema de Gestão Integrado implementado nas várias vertentes da sustentabilidade (Económico, Ambiental, Social, Qualidade).

TRANSFORMAÇÃO

1.5.3. Rastreabilidade

| | | | |
|-----------------|-----------------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Qualidade e rastreabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existe um sistema de rastreabilidade que permita a identificação do produto e a sua relação entre lotes de matérias-primas e produto final.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um sistema, de fácil atualização e consulta, que garanta a robustez de toda a informação e o acesso rápido à mesma. (balanço de massas e rastreabilidade em menos de 4 horas).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, o sistema de rastreabilidade do produto é testado, pelo menos anualmente, para verificar a rastreabilidade total do produto vitivinícola desde a produção até ao seu destino, ou vice-versa. É mantido um registo de testagem e balanço de massas e está definido um plano de ações de implementação de ações corretivas em caso de necessidade.

1.5.4. Controlo de Fornecedores

| | | | |
|-----------------|-----------------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Gestão e Melhoria Contínua | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Qualidade e rastreabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Deve possuir um plano interno de controlo de fornecedores, verificável em sede de auditoria⁵, o qual dependendo da posição do operador na cadeia. No caso da 1.^a transformação, deve assegurar um mínimo de 50 % das uvas⁶ com nível de sustentabilidade aceitável (nível mínimo correspondente ao cumprimento do Nível 1 dos indicadores KO do RNCSSV) ou em operadores certificados no Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade no Setor Vinícola ou em um referencial com equivalência reconhecida. Os restantes operadores devem assegurar 100 % dos outros produtos vitivinícolas e/ou 100 % dos processos subcontratados⁷ serem de fornecedores com nível de sustentabilidade aceitável (nível mínimo correspondente ao cumprimento do Nível 1 dos indicadores KO do RNCSSV); caso o operador não possua estas percentagens de nível de sustentabilidade nos fornecedores, este possui 3 anos para atingir estas metas evidenciando em auditoria anual a melhoria contínua no plano interno de controlo de fornecedores.

NÍVEL 2: No caso da 1.^a transformação, um mínimo de 75 % das uvas com nível de sustentabilidade aceitável (nível mínimo correspondente ao cumprimento do Nível 1 dos indicadores KO do RNCSSV).

NÍVEL 3: Dependendo da sua posição na cadeia, 100 % das uvas e/ou 100 % dos outros produtos vitivinícolas e/ou 100 % dos processos subcontratados serem de fornecedores com nível de sustentabilidade aceitável (nível mínimo correspondente ao cumprimento do Nível 1 dos indicadores KO do RNCSSV) ou em operadores certificados no Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade no Setor Vinícola ou em um referencial com equivalência reconhecida.

Nota1: No caso de Vitivinicultores e Vitivinicultores-Engarrafadores, que por definição são operadores que apenas produzem a partir de colheita própria, terão de cumprir o nível 3.

Nota2: Caso o operador proponente à certificação seja uma cooperativa, este indicador também é aplicável sendo os seus cooperadores considerados como fornecedores de matéria-prima.

Nota3: O operador deve ter um acordo que abranja as matérias-primas e/ou serviços adquiridos e que descreva quaisquer ações relacionadas com as mesmas, incluindo controlo do processo. O plano de controlo de fornecedor deve incluir um ou uma combinação de:

□ Certificação válida no Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade no Setor Vitivinícola ou em um referencial com equivalência reconhecida. O âmbito da certificação deve incluir as matérias-primas e ou serviços adquiridos

⁵ A equipa auditora deve assegurar uma amostra para controlo equivalente a “0,5*Raiz Quadrada” do número de fornecedores a considerar

⁶ Uvas ou vinho

⁷ Exemplos: Linha de engarrafamento ou processo de vinificação

□ Auditorias de 2ª parte⁸, as quais devem incluir no mínimo, cumprimento do nível 1 dos indicadores KO do referencial nacional de sustentabilidade com um âmbito que inclui as matérias-primas e ou serviços adquiridos.

Nota4: Este indicador não se aplica a prestadores de serviços subcontratados, ou seja, estes operadores terão de cumprir, no mínimo, todos os outros indicadores KO do referencial nacional de sustentabilidade

Nota5: Os “Outros operadores” têm de cumprir com o requisito dos 100% de matéria-prima de origem sustentável (nível 3) e se comprometem a cumprir em 3 anos (nível 1)

⁸ Auditorias da própria Organização

2. DOMÍNIO AMBIENTAL

2.1. GESTÃO DA ÁGUA

Este capítulo aborda a temática da gestão dos recursos hídricos, tema crucial para a sustentabilidade económica e ambiental de todas as organizações.

É essencial utilizar toda a tecnologia e conhecimentos disponíveis para gerir a água de forma eficiente, e com eficácia, a fim de utilizar a quantidade mínima do recurso, garantindo, ao mesmo tempo, uma disponibilidade de água adequada à otimização do metabolismo produtivo da planta, contribuindo para atingir as produtividades e os parâmetros organoléticos definidos. A utilização correta da água contribui para a sustentabilidade do solo e reduz a contaminação das bacias superficiais e subterrâneas.

A água é um dos recursos que deve ser devidamente gerido na unidade de transformação, a fim de se conseguir uma produção ambientalmente sustentável. O contexto de alterações climáticas ainda torna mais relevante a implementação de ações para reduzir o consumo e tornar a utilização da água mais eficiente. É necessário medir o consumo total de água e promover a utilização de ferramentas, ou procedimentos, que contribuam uma redução no volume de água utilizado.

VINHA

2.1.1. Fontes de água usadas na produção primária

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Estão identificadas as diferentes origens de água: poços, canais, lagos, tanques, barragens, entre outros, e possui título de utilização dos recursos hídricos ou requerimento comprovativo da sua solicitação.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem estimativas do volume anual de água utilizado para cada fonte de água.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem medições do volume anual de água utilizado para cada fonte de água e existem medidas implementadas para otimizar o volume de água utilizado em cada campanha.

Nota: As vinhas de sequeiro pontuam como Nível 3.

2.1.2. Gestão dos Recursos Hídricos

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Para cada vinha regada, existe um plano de rega, um registo da quantidade de água (volume) aplicada e um plano de manutenção do sistema de rega.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, o plano de rega foi baseado nos objetivos produtivos de rendimento e de qualidade das uvas, por parcela e variedade dentro de cada vinha; O plano de rega teve em conta as principais características do solo, tais como textura, profundidade e declive, bem como as necessidades líquidas de irrigação para as diferentes fases fenológicas. Existe, no mínimo, um contador de água para monitorizar a quantidade de água aplicada.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a monitorização dos consumos de água é apoiada na utilização de equipamentos, como por exemplo: sondas de humidade, caudalímetros, estações meteorológicas, câmaras de pressão, entre outros.

Nota: sem opção “Não Aplicável” para vinhas regadas.

2.1.3. Monitorização da qualidade da água de irrigação

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem informações, através de fontes secundárias atualizadas (mínimo, nos últimos dois anos), sobre a qualidade da água que utiliza (por exemplo, análises realizadas por vizinhos, associações, organismos técnicos, entre outros.). Essas informações estão disponíveis na organização.

NÍVEL 2: Foram realizadas análises físico-químicas da água utilizada (para cada uma das fontes de água, se for mais que uma) realizada nos últimos dois anos para os seguintes parâmetros: valores de pH, salinidade ou sólidos dissolvidos totais (condutividade elétrica), nitratos, bicarbonatos, sólidos suspensos, cloretos, boro, manganês e magnésio (se aplicável à parcela ou região).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, foram incluídas, nas análises, a deteção de metais pesados e de parâmetros microbiológicos. Se existiram problemas com a qualidade da água analisada, existem evidências da tomada de decisão e/ou de resolução do problema.

Nota: sem opção “Não Aplicável” para vinhas regadas.

2.1.4. Sistema de irrigação e seu funcionamento

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um sistema de rega gota-a-gota, pressurizado, instalado sem setores, não permitindo, por isso, uma segmentação por tipos de solo, castas ou outras características da vinha.

NÍVEL 2: O sistema de rega gota-a-gota instalado permite a segmentação da vinha por setores distintos, facilitando uma dotação diferencial em função das características da vinha e está equipado com um sistema de limpeza adequado e regularmente verificado.

NÍVEL 3: A instalação do sistema de rega foi baseada num projeto de rega que teve em consideração as diferenças entre as parcelas, nomeadamente no tipo de solo, capacidade de armazenamento de água e objetivos de produção, e os gotejadores foram selecionados tendo em conta a capacidade de infiltração do solo e a minimização do escoamento superficial.

Nota: sem opção “Não Aplicável” para vinhas regadas.

2.1.5. Manutenção do sistema de rega

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Os filtros, medidores (medidores de caudal e/ou de pressão), condutas e tubos de rega, foram verificados e/ou reparados há mais de 2 anos. Existem registos dessa verificação e reparação.

NÍVEL 2: Os filtros, medidores (medidores de caudal e/ou de pressão), condutas e tubos de rega, são verificados e/ou reparados, caso necessário, pelo menos de 2 em 2 anos. Existem registos dessa verificação e reparação.

NÍVEL 3: Pelo menos uma vez por ano, filtros, medidores (medidores de caudal e/ou de pressão), condutas e tubos de rega, são verificados e reparados, caso necessário. Existe um plano de ação para além dos registos da verificação e reparação.

Nota: sem opção “Não Aplicável” para vinhas regadas.

TRANSFORMAÇÃO

2.1.6. Utilização de água na transformação

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Identifica as fontes de água utilizadas (águas superficiais, águas subterrâneas, águas da rede, águas pluviais) e cumpre todos os requisitos legais associados ao seu uso.

NÍVEL 2: Para além de cumprir todos os requisitos legais associados ao seu uso, as fontes de água utilizadas estão identificadas e é estimado, e registado, o volume anual de água utilizada de acordo com cada fonte.

NÍVEL 3: Para além de cumprir o nível 2, foi realizada uma auditoria aos consumos de água, nos últimos 5 anos e são definidas métricas, e objetivos anuais, de consumo de água associada a cada produto ou a cada processo.

2.1.7. Qualidade da água

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de que a água utilizada nas instalações cumpre as condições de idoneidade microbiológica e de qualidade físico-química, de acordo com a legislação em vigor. Existem registo de análises realizadas há menos de 12 meses e a sua qualidade é acompanhada de acordo com um plano analítico baseado na legislação aplicável em vigor.

NÍVEL 2: Para além das análises realizadas (pelo menos, há menos de 12 meses), são realizadas verificações ao sistema de abastecimento e/ou tratamento da água, ao longo do ano. Existem registos dessas verificações.

NÍVEL 3: Existe um plano de manutenção preventivo da rede de água, revisto periodicamente.

2.1.8. Eficiência da utilização da água

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Planeia metas de redução do consumo de água, com base em registos e indicadores de consumo de água.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, implementa ações para reduzir o consumo de água, com base em indicadores de eficiência.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, regista o acompanhamento das ações implementadas para reduzir o consumo de água com o cumprimento das metas propostas para este fim, usando equipamentos específicos para esse fim.

2.1.9. Sensibilização dos colaboradores para a eficiência hídrica

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Gestão da água | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Inclui nos planos de formação dos colaboradores temas relacionados com a gestão da água e a sensibilização para a eficiência hídrica.

NÍVEL 2: Foram ministradas, nos últimos 12 meses, formações de colaboradores permanentes da organização, em temas relacionados com a gestão da água e a sensibilização para a eficiência hídrica. Têm de existir evidências de registos das ações realizadas.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, todos os colaboradores temporários foram sensibilizados para o uso eficiente da água (através de formação ou de informação prestada). Tem de existir evidências dessa formação/sensibilização e as mesmas devem estar previstas no plano de formação da organização.

2.2. GESTÃO DO SOLO

Este capítulo aborda o uso e gestão do solo, enquanto recurso fundamental para alcançar e manter a sustentabilidade económica, social e ambiental das organizações vitivinícolas.

É de primordial importância a utilização de conhecimento e de tecnologia para uma gestão eficiente dos solos, com o objetivo de manter o potencial produtivo e para evitar a degradação e contaminação dos mesmos.

VINHA

2.2.1. Características físicas e químicas do solo

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Nos últimos 3 anos, foram realizadas, pelo menos uma vez, análises de solo, incluindo no mínimo os seguintes parâmetros: Textura, Macronutrientes, Micronutrientes, pH, Condutividade elétrica, Matéria Orgânica e Capacidade de troca catiónica.

NÍVEL 2: Para além da realização das análises de solo referidas acima, tem sido realizado, pelo menos de 2 em 2 anos, uma análise da evolução das características físicas e químicas do solo e um registo de todas as aplicações de nutrientes. Foram feitas amostras em localizações suficientes para cobrir todos os locais e perfis do solo existindo registo desses levantamentos.

NÍVEL 3: Para além do cumprimento do Nível 2, existe um plano de gestão de nutrientes e uma gestão diferenciada por setores da vinha, beneficiando de apoio qualificado (interno ou externo à organização) para apoiar a definição do plano e a sua monitorização, bem como o estabelecimento de ensaios que possam apoiar uma melhoria do solo.

2.2.2. Mapeamento do Solo

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um conhecimento empírico dos tipos de solo na vinha e um tratamento nutricional diferenciado em cada unidade de solo da vinha.

NÍVEL 2: Existem mapas de solo e Capacidade de Uso, caracterizados pela série SROA/CNROA preferencialmente em formato digital.

NÍVEL 3: Existem mapas de eletrocondutividade elétrica do solo e cartografia do escoamento das águas pluviais com indicação das localizações potenciais de poluentes (ex.: sedimentos, nutrientes e produtos químicos).

2.2.3. Mobilização do solo

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um registo das operações culturais realizadas que evidenciam uma minimização das passagens de máquinas na vinha, tendo em conta a região onde se insere e as condições edafoclimáticas do local.

NÍVEL 2: Existe um plano de gestão do solo efetuado com apoio técnico qualificado (interno ou externo à organização).

NÍVEL 3: Existem evidências de que utiliza tecnologias avançadas para manter a sustentabilidade do solo (por exemplo, ausência de mobilização, mobilização mínima, agricultura de precisão, entre outros).

2.2.4. Gestão da erosão

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de documentação e operações com vista à atenuação dos principais impactos da erosão, nomeadamente, com a introdução de vegetação ao longo da rede viária, valas com vegetação ou a incorporação de enrocamento em galerias de escoamento

NÍVEL 2: Existe a preservação, ao longo de toda a vinha, de sistemas de drenagem permanentes e linhas de água funcionais. O acompanhamento de situações de emergência (elevada pluviosidade num curto espaço de tempo) é permanente e existem sempre à disposição materiais de manutenção e reparação.

NÍVEL 3: Existe um plano de controlo de erosão detalhado e adequado às características lineares da exploração (estradas, valas, linhas de água, entre outros) e evidências da manutenção regular e correções de quaisquer drenagens deficientes. O sistema foi dimensionado para acomodar situações esporádicas de grandes caudais (ex.: entradas e saídas endurecidas para prevenir erosão ou dissipadores de energia incorporados nas saídas para a água). No caso de vinhas com declives acentuados, poderá ser considerado, a título de exemplo, a utilização de infraestruturas ecológicas (pedras, muros, socalcos, entre outros), devido ao seu efeito de mitigação da erosão.

2.2.5. Gestão do solo com culturas de cobertura

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências que comprovam a existência de enrelvamento da entrelinha, natural ou semeado.

NÍVEL 2: Existe um plano de gestão do enrelvamento, atendendo às condições de desenvolvimento da cultura e à disponibilidade de recursos, nomeadamente água e nutrientes.

NÍVEL 3: Existem evidências que a gestão das culturas de cobertura tem em atenção a biodiversidade funcional do solo e foram implementadas práticas para evitar o escoamento de nutrientes incluindo o uso de linhas tampão e vegetação ao longo das estradas e valas.

2.2.6. Matéria Orgânica

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem análises de matéria orgânica do solo nos últimos 3 anos e a biomassa proveniente das podas e folhas da vinha é incorporada sempre que tal prática seja recomendada do ponto de vista fitossanitário.

NÍVEL 2: Existe um plano plurianual de valorização do teor de matéria orgânica no solo e nos últimos 4 anos existem evidências da implementação de pelo menos uma prática para aumentar o ciclo dos nutrientes (ex.: compostagem, enrelvamento, uso de águas residuais tratadas, entre outros).

NÍVEL 3: Nos últimos 12 meses foram implementadas pelo menos duas práticas para aumentar o ciclo dos nutrientes que se tornaram práticas correntes na gestão da vinha existem evidências de práticas que limitam a mobilização do solo, evitando a exposição e consequentemente, a decomposição da matéria orgânica presente no solo. As melhores práticas poderão variar entre regiões, tipologias de solos ou tipologias de vinhas, pelo que terá de ser justificado ao auditor.

2.2.7. Gestão do azoto

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão do solo | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Nos últimos 3 anos foram executadas análises aos solos e/ou aos tecidos vegetais da vinha e a aplicação de azoto, a existir, foi programada para o momento de máximo consumo da vinha.

NÍVEL 2: Nos últimos 2 anos foram executadas análises aos solos e aos tecidos vegetal da vinha. A decisão de aplicação de azoto teve em consideração os diferentes setores da vinha e foram tidas em consideração medidas preventivas para limitar a sua volatilização e lixiviação, tais como: rega, mobilização do solo com grade (ou escarificador) ou condições atmosféricas. No caso da fertilização azotada por fertirrigação, esta foi realizada na medida do estritamente necessário, tendo em conta as análises de solo e ajustado ao estado vegetativo das plantas, de forma a minimizar a lixiviação abaixo da zona radicular.

NÍVEL 3: Para além de cumprir o Nível 2, existe um plano de Aplicação de Azoto que tem em consideração todas as fontes de azoto existentes (ex.: coberto vegetal, enrelvamento, lenha de poda, adubação, compostos entre outros).

2.3. GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS

A gestão de pragas e doenças é um dos aspetos com maior importância e visibilidade na estratégia de sustentabilidade das explorações vitivinícolas. É essencial garantir uma gestão eficaz e eficiente para controlar pragas, doenças e infestantes, utilizando a quantidade mínima de fitofármacos, de acordo com o nível económico de ataque, a fim de obter produções rentáveis e a segurança alimentar das uvas.

A aplicação de fitofármacos, quando necessária, deve ser realizada de forma segura, de forma a proteger a saúde dos aplicadores, a minimizar os impactos junto da comunidade, a minimizar a poluição do solo e da água e com o menor impacto sobre a biodiversidade.

VINHA

2.3.1. Monitorização dos inimigos das culturas

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem registos documentais que a monitorização, e o acompanhamento da vinha, é realizado no mínimo com uma periodicidade mensal, durante a campanha, sendo realizada por pessoal competente (com formação em Produção Integrada ou Produção Biológica, interno ou externo à organização).

NÍVEL 2: Para além do nível 1, são usados métodos e instrumentos adequados para prever a evolução de pragas e doenças e/ou determinar alguns parâmetros críticos, tais como: o nível económico de ataque, fenómenos abióticos (por exemplo, escaldão, carências nutritivas, geadas), a idade da vinha, o sistema de condução e de poda, os diferentes estados fenológicos, o vigor e a suscetibilidade de cada casta.

NÍVEL 3: Para além do nível 2, é feita a monitorização de infestantes, pelo menos, uma vez por mês.

2.3.2. Aplicação de fitofármacos

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: As aplicações de fitofármacos têm de ser registadas e são seguidas as regras de uso de acordo com o rótulo do produto e com as melhores práticas agrícolas.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, são usados apenas produtos específicos para o inimigo da cultura, de acordo com a recomendação de um técnico competente⁹ (interno ou externo à organização).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, os registos de aplicação têm de incluir os seguintes parâmetros: data, condições climáticas do momento de aplicação, parcela, equipamento usado, operador, nome do produto comercial, substância ativa, dose usada, volume de calda aplicada, intervalo de segurança e intervalo de reentrada e existe um local específico para a preparação da calda

⁹ Licenciado ou com Bacharelato em Ciências Agrárias ou Ambiental

funcional, seguro e que salvaguarde a proteção ambiental. No caso de vinhas em que não tenha existido a aplicação de fitofármacos, considera-se o cumprimento deste indicador como Nível 3.

2.3.3. Minimização do impacto do efeito deriva

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Foram estabelecidas zonas tampão razoáveis perto de quaisquer áreas sensíveis e não ocorreram aplicações quando o risco potencial de deriva para fora das áreas alvo é elevado (ex.: escoamento por ação da chuva, dispersão por ação do vento).

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, os bicos de pulverização foram selecionados e mantidos para libertar gotículas de tamanho uniforme e a pulverização foi interrompida junto de linhas de água. O horário de aplicação dos fitofármacos considera os ciclos dos agentes polinizadores.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe uma programação e calendarização com o intuito de assegurar a mínima atividade humana e o mínimo distúrbio em áreas sensíveis e valoriza-se o uso de tecnologia de baixa dispersão da pulverização (ex.: pulverizadores de ultrabaixo volume, agentes de redução da dispersão, bicos de redução de dispersão) e painéis recuperadores de calda ou sistema de aplicação de regime variável com base em cartografia do vigor ou deteção de plantas. Existe um registo dos incidentes de deriva. Para além disso, a zona de mistura e enchimento das caldas está devidamente localizada, e sinalizada, sendo utilizada e mantida de acordo com as práticas da Produção Integrada.

2.3.4. Manutenção e calibração dos pulverizadores

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: O pulverizador é calibrado anualmente, ajustado e calibrado para se adequar às condições da vinha durante a época de crescimento vegetativo; os bicos de pulverização gastos são substituídos para assegurar a melhor cobertura e eficácia das aplicações.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um calendário de manutenção dos equipamentos e sempre que ocorrem mudanças significativas à utilização (tratores, pneus, condições do solo) os pulverizadores são recalibrados. Todas as calibrações dos pulverizadores e das suas manutenções são devidamente registadas.

NÍVEL 3: A calibração anual é certificada por uma entidade certificadora adequada e as manutenções dos equipamentos são registadas.

2.3.5. Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Todos os colaboradores da organização envolvidos na manipulação de produtos fitofarmacêuticos têm cartão de aplicador ou formação obtida nos últimos 5 anos fora da organização

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem registos de formação na organização sobre:

- manuseamento, dosagem, preparação, aplicação de fitofármacos e lavagem e eliminação de embalagens
- calibração dos equipamentos de aplicação e gestão dos resíduos de caldas
- utilização de equipamentos de proteção pessoal (EPI) fornecido ao pessoal

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem registos de formação na organização sobre:

- higiene e segurança alimentar
- toxicologia e primeiros socorros com assistência de centros médicos de emergência (pelo menos para 1 pessoa da organização)

2.3.6. Tratamento de embalagens e de restos de calda

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Realizam-se lavagens triplas e as embalagens são eliminadas de acordo com um sistema integrado de gestão das embalagens fitossanitárias.

NÍVEL 2: Tem registos de entrega das embalagens vazias, de produto expirado e de equipamentos de Proteção Individual utilizados na aplicação de fitofármacos.

NÍVEL 3: É feita a reciclagem das embalagens secundárias não contaminadas (papel, cartão e plástico). Os pulverizadores são enxaguados em zonas de lavagem específicas para tratamento de resíduos quer seja através de um sistema de desidratação natural ou um sistema de degradação biótica.

TRANSFORMAÇÃO

2.3.7. Plano de gestão de pragas

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Gestão de Pragas e doenças | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um Plano de Gestão de Pragas na unidade de transformação em linha com todos os requisitos legais em vigor, existindo evidências de práticas implementadas, ou a implementar, em caso de identificação da presença das mesmas.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, os colaboradores estão capacitados e informados para gerar alertas e reportes de eventuais assuntos relacionados com a gestão de pragas.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, as ações de controlo, previstas e/ou implementadas, preveem o uso da opção de menor risco e maior relação custo-eficiência para a organização.

2.4. PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS

Este capítulo aborda o papel da vinha num ecossistema diverso e complexo, abordando em particular o tema da biodiversidade e das funções do ecossistema onde a agricultura, e em particular, a atividade vinícola desempenham um papel crucial nas regiões onde se inserem.

As funções do ecossistema são os benefícios que os seres humanos obtêm através da sua interação com a natureza. Estes benefícios traduzem-se em várias dimensões da qualidade da vida das pessoas, desde as necessidades humanas - tais como alimentação, água, saúde, segurança e meios de subsistência - até ao significado espiritual, e à identidade que as pessoas adquirem através da sua relação com os ecossistemas.

Na biodiversidade é dada particular importância à biodiversidade funcional das explorações (a parte da biodiversidade que pode ser usada diretamente para benefício do agricultor), nomeadamente no sentido de valorizar a promoção do controlo, de forma natural, de algumas pragas e doenças.

VINHA

2.4.1. Gestão de Habitats Naturais e Seminaturais

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe cartografia dos Habitats Naturais e Seminaturais presentes na área de intervenção da organização¹⁰.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, e no caso dos habitats naturais e seminaturais terem sido removidos ou perturbados na instalação ou expansão da vinha, devem existir evidências de medidas compensatórias nas imediações e/ou no interior da vinha para mitigar esse problema. Existem práticas promotoras da continuidade destes habitats, como seja por exemplo, a manutenção da vegetação natural sob a projeção da copa de árvores existentes na vinha.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe documentação e evidências através do estudo ou trabalho colaborativo com entidades dedicadas à conservação e manutenção destes habitats na região.

Nota: “Não Aplicável” caso não existiam habitats naturais e seminaturais.

2.4.2. Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existe um enrelvamento natural/espontâneo nas entrelinhas e não existem mobilizações de solo durante o período de inverno.

NÍVEL 2: A gestão anual do enrelvamento (natural ou semeado) é feito com base no conhecimento do seu impacto na biodiversidade. Existe enrelvamento em todas as entrelinhas e não existem mobilizações de solo no período invernal.

NÍVEL 3: Existe um enrelvamento permanente (natural ou semeado) composto de múltiplas espécies típicas da região, promovendo a biodiversidade, em todas as entrelinhas da vinha e não ocorrem mobilizações de solo no inverno, pelo menos nos últimos 5 anos.

¹⁰ Através da cartografia nacional de áreas sensíveis (Rede Natura, entre outras)

2.4.3. Espécies sensíveis

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: São conhecidas e estão documentadas as principais espécies sensíveis da região biogeográfica.

NÍVEL 2: Existe uma inventariação, atualizada nos últimos 4 anos, das espécies vegetais, incluindo um levantamento teórico das espécies sensíveis que possam ocorrer na região biogeográfica.

NÍVEL 3: Existem evidências que a gestão da propriedade tem em conta as especificidades dessas espécies (ex.: ciclo de vida, gestão da vegetação, entre outros) e que existem métricas de monitorização anual.

Nota: “Não Aplicável” se não existirem espécies sensíveis na região biogeográfica.

2.4.4. Gestão de habitats ripários

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: As vinhas não são plantadas até à margem da linha de água, mas não existe uma faixa tampão de vegetação natural. Nas margens da linha de água a vegetação lenhosa é limitada ou inexistente, mas existe vegetação natural perto da linha de água.

NÍVEL 2: Existe uma faixa tampão de vegetação (natural ou semeada) entre as margens das linhas de água e a vinha. Existindo espécies invasoras, existe um plano para a sua monitorização e controlo. Nas margens da linha de água a vegetação lenhosa e herbácea sombreia parte do curso de água.

NÍVEL 3: Nas margens da linha de água existem árvores e arbustos (típicos da região) permitindo o ensombramento de toda ou parte da linha de água. Existe uma monitorização anual aos cursos de água para detetar obstáculos (ex.: acumulação de troncos ou lixo) e são feitas reparações a todos os sistemas de drenagem defeituosos de estradas e caminhos assim como de zonas de passagem.

Nota: “Não Aplicável” caso não existam linhas de águas.

2.4.5. Habitat de aves e morcegos

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem caixas ninho e/ou abrigo para aves de rapina e/ou morcegos com uma densidade aproximada de uma caixa-ninho para cada 40 ha de vinha. São conhecidos e preservados locais naturais de nidificação (ou tocas e abrigos) nas imediações da vinha (por exemplo, azinheiras, sobreiros ou outras árvores autóctones mantidas na vinha).

NÍVEL 2: As mesmas exigências do Nível 1, mas a densidade das caixas ninho é de uma caixa para cada 20 ha de vinha e foram providenciados poleiros para aves de rapina.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, foram instaladas e mantidas, estruturas ecológicas, como sebes, culturas de cobertura, prados e relvados com o intuito de providenciar abrigo e alimento adicional (por exemplo, arbustos com bagas comestíveis como o pilriteiro).

Nota: “Não Aplicável” quando existam infraestruturas naturais nas imediações que cumprem esse propósito ou a área da vinha é inferior à média da região¹¹

2.4.6. Gestão de bosquetes e árvores isoladas

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Os bosquetes e árvores isoladas de elevado porte estão identificados e cartografados.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, os bosquetes e árvores isoladas são mantidas (ex.: podas sanitárias) e existe uma gestão de combustível compatível com a existência de um coberto vegetal permanente natural ou espontâneo.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, o coberto vegetal sob os bosquetes ou em torno das árvores isoladas é permanente e composto por misturas de sementes adequadas à região, promovendo o sequestro de carbono no solo.

Nota: Para além dos bosquetes podem ser considerados outros elementos de elevado valor ambiental e paisagístico, que vão ao encontro das funções dos ecossistemas que se pretendem evidenciar. A título de

¹¹ Vinho Verde (1,20 ha), Trás-os-Montes (1,27 ha), Douro (2,76 ha), Bairrada (1,55 ha), Dão (1,99 ha), Beira Interior (2,69 ha), Távora-Varosa (1,15 ha), Tejo (5,94 ha), Lisboa (4,48 ha), Península Setúbal (9,23 ha), Alentejo (15,87 ha), Algarve (7,19 ha), Madeira (0,27 ha) e Açores (1,83 ha)

exemplo, no Douro, as manchas de matos mediterrânicos são de importância fundamental, apesar de não existirem em muitos deles coberturas lenhosas. Indicador “Não Aplicável” caso não existam bosquetes na exploração.

2.4.7. Gestão da vegetação (excluído os bosquetes e árvores isoladas) adjacentes à vinha

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Plano de gestão dos Ecossistemas | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A vegetação é mantida nas extremidades (cabeceiras) da vinha.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, a gestão da vegetação evita o corte total da vegetação ao longo das bermas dos caminhos.

NÍVEL 3: Nas extremidades da vinha existem sebes ou arbustos de porte médio e existe vegetação de porte médio/alto (arbustos e/ou árvores) ao longo das orlas das extremas e caminhos.

2.5 AÇÃO CLIMÁTICA

A agricultura tem um papel importante a desempenhar na abordagem das alterações climáticas, minimizando as emissões de GEE, sequestrando o carbono atmosférico (plantas e solo) e produzindo biocombustível sustentável. O objetivo global da resposta às alterações climáticas é garantir a segurança alimentar e outras atividades humanas essenciais, protegendo ao mesmo tempo os ecossistemas e os seus serviços vitais.

Perante a inevitabilidade das alterações climáticas é necessário definir estratégias de mitigação e de adaptação a essas alterações.

A mitigação consiste em procurar travar o aumento da concentração atmosférica de GEE (Gases com Efeito de Estufa) por meio da redução das emissões ou promovendo o seu sequestro. Já a adaptação é um processo de resposta dirigida à minimização dos efeitos negativos das alterações climáticas e eventualmente à maximização do aproveitamento dos efeitos positivos, quando estes existem.

2.5.1 Pegada de Carbono

| | | | |
|----------------|-----------|---------------|-----------------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha e Transformação |
|----------------|-----------|---------------|-----------------------|

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|------------|
| Capítulo | Ação Climática | Indicador KO | Sim |
|-----------------|----------------|---------------------|------------|

NÍVEL 1: Existem na organização registos organizados dos principais elementos que contribuem para as emissões de GEE na vinha e/ou na transformação (nomeadamente: energia, transporte, agroquímicos, embalagens).

NÍVEL 2: A pegada de carbono é determinada, usando como unidade funcional (UF) a quantidade de CO₂eq total e por unidade produzida (Kg de Uva ou Litros de vinho). Este cálculo pode ser feito recorrendo a serviços especializados, mas também com recursos a calculadoras disponíveis online, utilizando referenciais reconhecidos internacionalmente.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe uma estratégia para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, com objetivos e metas a atingir, bem como uma lista compreensiva de práticas a adotar envolvendo todas as fases do processo produtivo.

2.5.2 Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Ação Climática | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um enquadramento da exploração/instalações face a instrumentos de gestão territorial, como por exemplo, Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas e/ou existe um levantamento dos principais impactos potenciais gerados por eventos climáticos (ex.: precipitação excessiva, aumento da temperatura média, seca e onda de calor, geada e granizo, ventos intensos).

NÍVEL 2: Existe um plano de resposta às vulnerabilidades meteorológicas identificadas no nível anterior mais prováveis de ocorrer no futuro com metas e objetivos a atingir a longo prazo (pelo menos de 30 anos).

NÍVEL 3: Existem evidências da implementação de novas práticas e comportamentos na organização em resposta ao plano de adaptação referido no Nível 2.

2.5.3 Medidas de Mitigação às Alterações Climáticas

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Ação Climática | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização promove, ou participa regularmente em fóruns de discussão em torno do tema da mitigação das Alterações Climáticas na agricultura.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um plano de investimentos plurianual para a implementação da estratégia de redução de emissões totais na organização (incluindo o sequestro de carbono nas áreas sob sua gestão direta).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2 existem evidências da implementação de novas práticas e comportamentos na organização resultantes da execução do plano de investimentos.

2.5.4 Gestão dos poluentes atmosféricos

| | | | |
|-----------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Ação Climática | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: As fontes de emissões de poluentes atmosféricos estão identificadas, quer na vinha e/ou na transformação.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, é realizada a manutenção dos veículos (tratores, automóveis, carrinhas) e outros equipamentos que recorram a combustíveis fósseis, como sejam, mas não só, caldeiras que possam existir nas unidades de transformação, no sentido de minimizar os problemas de combustão e reduzir a poluição. Estão implementadas práticas para reduzir a utilização de veículos e o pó transportado pelo ar nas imediações das vinhas ou das instalações.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, são usados combustíveis mais limpos (gás, eletricidade) no maior número de operações possíveis.

2.5.5 Logística e distribuição

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento Setorial | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização cumpre a legislação nacional e regulamentos próprios para o transporte de alimentos, pessoas e fatores de produção (aplica-se aos veículos próprios envolvidos na logística e distribuição da organização), bem como tem implementado processos que garantam uma verificação regular desse cumprimento.

NÍVEL 2: Existem evidências de melhorias para reduzir o impacto ambiental, relacionado com a frota de veículos próprios ou subcontratados, por exemplo, calibração de pneus, reciclagem

de filtros, eliminação final de óleos, lubrificantes, baterias, controlo de emissões, entre outros. Existem registos do combustível gasto e das distâncias percorridas ao longo do tempo¹².

NÍVEL 3: Existe um sistema formal para implementar melhorias ambientais e sociais nas empresas de transporte contratadas (seguros, licenciamento de veículos, cartas de condução profissional, gestão de resíduos perigosos, manutenção de veículos, entre outros.) e existe um canal para reclamações relacionadas com queixas ou reclamações dos veículos e condutores. Existe um acompanhamento periódico dos indicadores de desempenho associados ao transporte e indicadores que traduzem esses consumos em gases com efeito de estufa.

Nota1: São considerados veículos próprios todas as viaturas da organização ou abrangidas por contratos de renting e/ou leasing (ou outras modalidades similares) de longo prazo.

Nota2: “Não Aplicável” para empresas que não detêm veículos próprios e recorrem exclusivamente à subcontratação do serviço de transporte a terceiros; neste caso, esse serviço é abrangido pelo indicador Compras Sustentáveis (1.1.2)

2.6 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Este capítulo centra-se na identificação das fontes de energia e na implementação de ações para reduzir o consumo de energia e melhorar a eficiência energética.

A utilização de energia elétrica e de combustíveis fósseis na vinha, e nas restantes etapas da cadeia de valor, contribuem para as Alterações Climáticas através da emissão GEE. Assim, as ações que tendem a melhorar a eficiência energética contribuem para a mitigação do efeito das Alterações Climáticas.

A correta gestão de equipamentos que utilizam energia, deve incluir a manutenção preventiva, reparação de equipamento, prevenção de fugas, isolamento, entre outros, a fim de fazer uma utilização eficiente do recurso.

VINHA

2.6.1. Consumo e utilização de energia

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Possui registos que identificam e medem o consumo de acordo com as múltiplas fontes de energia na vinha: eletricidade, combustíveis líquidos, gás, entre outros.

NÍVEL 2: Regista o consumo de energia de acordo com a fonte e atividades onde é utilizado, existindo um histórico registado de, pelos menos, 24 meses.

NÍVEL 3: Calcula e monitoriza indicadores/métricas de consumo de energia de acordo com as fontes e atividades.

2.6.2. Plano de melhoria de eficiência energética

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe uma estimativa geral dos consumos anuais totais das várias fonte de energia, tais como: eletricidade, gás natural, propano, gasóleo e gasolina, nas operações da vinha e um plano de melhoria da eficiência energética na exploração agrícola (iluminação, bombas, tanques, refrigeração, motores, entre outros) com objetivos de redução do consumo identificados.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem evidências da implementação do plano de melhoria da eficiência energética na exploração agrícola com registos do grau de progresso dos objetivos propostos. Existiu pelo menos uma auditoria energética nos últimos 5 anos à generalidade das operações da vinha. O uso total de energia foi monitorizado e registado ao longo de todo o ano.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, o plano inclui a utilização de energias renováveis com metas para a substituição das fontes de energia convencionais e algumas das medidas identificadas na auditoria como de maior custo-benefício foram implementadas. Existe um programa de formação para os colaboradores sobre sensibilização no uso e consumo de energia.

TRANSFORMAÇÃO

2.6.3 Gestão da energia elétrica adquirida

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem registos e avaliações ao consumo de energia ao longo do ciclo de produção.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem métricas e indicadores associados ao consumo de energia (por exemplo, kWh por litro de vinho, kWh por tonelada de mosto, entre outros). Realizou-se auditoria energética à unidade de transformação nos últimos 5 anos, contemplando os diferentes setores de produção e existem métricas desempenho não só para a energia como para a produção de GEE diretamente associados ao uso de energia.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe um Plano de Gestão de Energia formal contemplando por exemplo, aspetos relacionados com a iluminação, bombas, tanques, refrigeração, motores, entre outros. Existem objetivos definidos e medidas de ação com base nos indicadores recolhidos para reduzir o consumo e, algumas das medidas identificadas na auditoria energética categorizadas de maior custo-benefício foram implementadas. Existem medidores de eletricidade e é possível observar os consumos de eletricidade em tempo real.

2.6.4 Energias renováveis

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem estudos de viabilidade técnica e económica para a utilização de fontes de energia renovável (ex, solar térmica, fotovoltaica, eólica, biomassa, entre outros).

NÍVEL 2: Foram realizados testes, no local, de pelo menos uma fonte de energia renovável.

NÍVEL 3: Tem tecnologia instalada que gera uma percentagem da energia utilizada, a partir de uma fonte renovável, superior a 25% do consumo total ou existe uma utilização de energia renovável superior a 50% produzida fora do local.

2.6.5 Eficiência energética dos equipamentos

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um levantamento da potência instalada dos equipamentos e o registo do tempo de funcionamento dos equipamentos de maior potência e são conhecidos os pontos de maior ineficiência energética.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, é monitorizada a evolução dos consumos energéticos com uma regularidade mensal e está em vigor um plano para reduzir o consumo energético dos equipamentos.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem evidências de ações implementadas e da monitorização dos resultados das melhorias.

2.6.6 Iluminação

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: É conhecida a potência total de iluminação instalada e existe um registo do número, tipos e consumos da iluminação existente. Existem campanhas de sensibilização periódicas junto dos colaboradores sobre a utilização responsável da iluminação.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um plano de renovação tecnológica para os sistemas de iluminação, nomeadamente: melhorias nas tecnologias de iluminação (LED's), utilização de células fotoelétricas para ligar e desligar, sensores de movimento para iluminação de espaços específicos, temporizadores, entre outros.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem evidências da implementação do plano de renovação tecnológica.

2.6.7 Aquecimento e ar condicionado (AVAC)

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de esforços para melhorar a eficiência energética do sistema de AVAC.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, a manutenção dos equipamentos é feita regulamente e inclui o isolamento térmico das janelas em todos os edifícios, para reduzir as necessidades de refrigeração do ar ambiente.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, as descargas de aquecimento e arrefecimento das instalações foram reduzidas (ex.: isolamento térmico, controle da temperatura, painéis de abertura no teto, portas de abertura automática com temporizador, entre outros). É realizada a monitorização das emissões relacionadas com as caldeiras de aquecimento.

Nota: “Não Aplicável” para instalações sem equipamentos AVAC instalados.

2.6.8 Sistemas de refrigeração

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|---------------|
| Domínio | Ambiental | Âmbito | Transformação |
| Capítulo | Eficiência Energética | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de melhoria da eficiência energética do sistema de refrigeração. Existe um levantamento das necessidades de melhoria e um plano para o operacionalizar.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, as cargas dos *chillers* foram reduzidas através de isolamento térmico dos edifícios e arrefecimento com o ar noturno, refrigeradores evaporativos e manutenção dos equipamentos é feita regularmente.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, no sistema de refrigeração são utilizadas tecnologias com consumos mais eficientes de energia ou sistemas de recuperação de energia residual, nomeadamente, mas não só: maior número de superfícies de troca de calor; condensadores equipados com válvulas de controlo de fluxo para reduzir a pressão e temperatura; chillers que possam operar em fases de arrefecimento moderada ou alta, e ventiladores de velocidade variável para as torres de refrigeração.

Nota: “Não Aplicável” para instalações sem sistemas de refrigeração.

3 DOMÍNIO SOCIAL

3.1 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este capítulo dedica-se a questões relacionadas com os recursos humanos da organização, que constituem um pilar fundamental para a sustentabilidade de qualquer negócio. Valorizar o desenvolvimento das pessoas significa valorizar a própria organização.

3.1.1 Promover a equidade e a diversidade do emprego

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Todos os procedimentos da organização, sobretudo os relacionados com recrutamento e gestão de pessoas, são redigidos de forma a não discriminar qualquer tipo de diferenças entre os colaboradores para funções iguais.

NÍVEL 2: Existem indicadores que evidenciam o grau de equidade e diversidade laboral (por exemplo, o número de mulheres e homens, número de funcionários de origem não portuguesa, diferenças nos salários recebidos entre homens e mulheres, proporção de cargos de gestão ocupados por homens e mulheres, diferenças percentuais entre o salário mais alto e o mais baixo, entre outros).

Nível 3: Para além do Nível 2, existe uma política formal e explícita de promoção interna da equidade, diversidade e não discriminação no ambiente de trabalho da organização.

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o Nível 1.

3.1.2 Saúde e segurança no trabalho

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: A organização cumpre a legislação em vigor sobre Saúde e Segurança no Trabalho e divulga informação sobre saúde, análise de riscos, relatórios de acidentes e incidentes de trabalho. Existem procedimentos e registos formais para a utilização segura de diferentes máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas ou industriais existentes.

NÍVEL 2: Existe uma política formalizada, com os necessários recursos financeiros, para o desenvolvimento da saúde e segurança no ambiente de trabalho que excede os limites da

legislação, bem como um plano anual de formação para os colaboradores sobre a utilização segura de maquinaria, equipamento e ferramentas agrícolas e industriais.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, são disponibilizados elementos de segurança suficientes e de boa qualidade para o funcionamento da maquinaria agrícola e industrial, procurando reduzir o uso de EPI's descartáveis. Sempre que possível devem ser tomadas medidas de prevenção dos riscos associados ao funcionamento de máquinas e equipamentos (ex.: isolar uma fonte de ruído em alternativa à utilização obrigatória de auriculares). Implementou e/ou certificou um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho (ex.: ISO 45001) ou de responsabilidade social (ex.: SA8000).

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o Nível 1.

3.1.3 Manipulação de substâncias perigosas

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Sem prejuízo da legislação vigente, o manuseamento de substâncias perigosas é sempre feito com Equipamentos de Proteção Individual (EPI) que são registados e entregues aos colaboradores. Todos os locais em que existam substâncias perigosas estão devidamente assinalados.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, os colaboradores têm formação adequada para manipular com segurança as substâncias envolvidas que inclui a interpretação das fichas de segurança e os procedimentos a desenvolver em caso de derrame.

NÍVEL 3: Para além dos Nível 2, existe documentação e registo dos resultados da formação realizada, tal como um procedimento para registar todos os incidentes ou acidentes envolvendo substâncias perigosas.

3.1.4 Planeamento e objetivos de RH

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem processos em curso que facilitam o conhecimento sobre atualizações dos requisitos legais associados com os recursos humanos.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem evidências da implementação de um plano de RH, abordando as necessidades do negócio, colaboradores, recrutamento, formação, relações com os colaboradores, compensações e benefícios.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, o plano inclui métricas, indicadores e um histórico de registos como por exemplo, a percentagem de retenção de colaboradores, formações administradas, entre outros. O plano é monitorizado face aos objetivos de RH estabelecidos e os resultados usados para melhorar as políticas e práticas de recursos humanos.

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o Nível 1.

3.1.5 Tempo de trabalho e remuneração

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem registos sobre o cumprimento dos horários de trabalho, quer em termos de remuneração como de duração do dia de trabalho (em linha com o contrato de trabalho)

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existem evidências que remunera salários mais elevados do que os estabelecidos no contrato de trabalho (por exemplo, através da atribuição de prémios de desempenho).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem programas de benefícios extra tanto para empregados como para as suas famílias, por exemplo, despesas de saúde, bolsas de estudo, entre outros.

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o Nível 1.

3.1.6 Mão-de-obra subcontratada

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Condições de trabalho | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização comprova que tem mecanismos que garantem que os prestadores de serviços, por exemplo de pessoal sazonal, demonstrem a existência de contratos de trabalho e respetivas condições de trabalho com base na legislação específica para o setor.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, e de pagar pelo serviço prestado ao fornecedor, a organização proporciona aos empregados subcontratados condições equivalentes aos empregados permanentes em termos de saúde e segurança no trabalho, fornecimento de equipamento de segurança, instalações sanitárias, água potável, áreas de refeições e descanso.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a organização estende a política de remuneração de benefícios à mão-de-obra subcontratada, com base no seu desempenho.

3.2 CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Este capítulo aborda temas relacionados com a capacitação dos recursos humanos da organização. No entanto, e pela importância do tema, existem noutros capítulos questões relacionadas com a capacitação em temas específicos ligados com a sustentabilidade.

3.2.1 Desenvolvimento da sustentabilidade “interna”

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Capacitação e competências | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Proporciona formações relacionadas com a sustentabilidade, para além da formação específicas do trabalho, ou divulga formações externas entre os seus empregados e/ou concede horas para que estas sejam realizadas.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, promove, entre os colaboradores, propostas e ações de melhoria relacionadas com a sustentabilidade ética/cultural, social e ambiental.

NÍVEL 3: Para além dos Nível 2, tem uma política formalizada com afetação orçamental para o desenvolvimento de “inovações” internas que contribuem para a sustentabilidade da organização em todas as suas dimensões (económica, social, ética/cultural e ambiental), sendo evidente o envolvimento da gestão de topo nesse processo.

3.2.2 Formação profissional contínua

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Capacitação e competências | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: A organização garante que são cumpridas as exigências legais relacionadas com a capacitação dos colaboradores, tendo um registo de todas as formações em que os mesmos participaram num dossier de cada colaborador. Todos os colaboradores, permanentes ou temporários, recebem documentação sobre a organização, que inclui informação sobre as competências, e capacitação, necessárias para o desempenho da função.

NÍVEL 2: A organização tem processos que permitem identificar oportunidades de formação e os colaboradores tiveram oportunidade de participar, de sua livre iniciativa (dentro ou fora do horário laboral normal).

NÍVEL 3: A organização tem um plano de formação a médio prazo (> 2 anos) com metas e objetivos que incorporaram as políticas e práticas de sustentabilidade e avalia as necessidades de formação e os colaboradores foram encorajados a participarem em formações, seminários, ou outros eventos educacionais, que possam potenciar as suas capacidades e competências no local de trabalho. Os custos de formação são parcialmente ou totalmente suportados pela organização.

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o nível 1.

3.2.3 Teambuilding

| | | | |
|-----------------|----------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Capacitação e competências | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Nos últimos cinco anos, a organização proporcionou uma atividade formal de *teambuilding* (ex.: festa pós-colheita, festa de fim de ano, recompensas espontâneas durante a colheita, almoço de funcionários, entre outros.).

NÍVEL 2: Nos últimos dois anos, a organização proporcionou uma atividade formal de *teambuilding* (ex.: festa pós-colheita, festa de fim de ano, recompensas espontâneas durante a colheita, almoço de funcionários, entre outros.).

NÍVEL 3: No último ano, a organização proporcionou uma atividade formal de *teambuilding* (ex.: festa pós-colheita, festa de fim de ano, recompensas espontâneas durante a colheita, almoço de funcionários, entre outros.). Existe um planeamento, no mínimo anual, de atividades de motivação/envolvimento dos colaboradores.

3.3 IMPACTO LOCAL

A relação da organização com a comunidade onde está inserida é um aspeto de extrema relevância para a sustentabilidade das atividades e uma das áreas em que a organização pode influenciar a região de forma direta e indireta.

3.3.1 Relação com a comunidade

| | | | |
|-----------------|---------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Impacto Local | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existe uma comunicação regular junto dos colaboradores sobre os impactos e ações de melhoria para o desenvolvimento comunitário.

NÍVEL 2: Promove entre os seus trabalhadores a criação de propostas de melhoria e envolvimento relacionadas com o desenvolvimento comunitário.

NÍVEL 3: Comunica às diferentes partes interessadas, fornecedores e empresas vizinhas, organizações públicas, organizações da sociedade civil, o seu compromisso com o desenvolvimento comunitário e convida a realizar ações conjuntas, tendo sido desenvolvidas ações nos últimos 24 meses.

Nota: Às organizações enquadradas no Estatuto de Agricultura Familiar é atribuído o nível 1.

3.3.2 Compras locais

| | | | |
|-----------------|---------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Impacto Local | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Sempre que sustentável e economicamente viável, a organização compra produtos/materiais e/ou contrata serviços à comunidade envolvente (local/regional), por exemplo, bens alimentares, matérias subsidiárias agrícolas ou prestação de serviços.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, tem um procedimento ou uma política formal para a compra de produtos e/ou serviços à comunidade envolvente (local/regional).

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, realiza iniciativas para encorajar o desenvolvimento de oportunidades de negócio e emprego a nível da comunidade envolvente (local/regional).

3.3.3 Contributo para atividade turística na região

| | | | |
|-----------------|---------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Impacto Local | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização não tem atendimento, mas oferece alguns serviços mínimos no âmbito do enoturismo e tem contatos comerciais com empresas que oferecem serviços de turismo.

NÍVEL 2: A organização oferece serviços no âmbito do enoturismo.

NÍVEL 3: A organização tem atendimento e oferece serviços permanentes no âmbito do turismo e organiza eventos relacionados com o setor vitivinícola.

Nota: “Não Aplicável” se a organização não tem interesse em desenvolver atividades turísticas como o enoturismo.

3.3.4 Contributo para a qualidade da paisagem

| | | | |
|-----------------|---------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Impacto Local | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização tem o cuidado de não alterar significativamente a paisagem ou de não destruir o património histórico e/ou arquitetónico.

NÍVEL 2: A organização preserva a estrutura e elementos tradicionais da paisagem da sua região e mantém um canal aberto de comunicação com as partes interessadas sobre este assunto, bem como preserva o património histórico e/ou arquitetónico existente.

NÍVEL 3: A organização evidencia ações de beneficiação de preservação de elementos paisagísticos na sua região (adensamento, novas plantações, áreas de habitat diversificado, charcas e lagoas) e existe documentação que evidencie métricas de gestão para apoiar a tomada de decisão, tais como: definição de tipos/categorias de paisagens e o seu valor ecológico; número e proporção (%) de diferentes tipos de paisagens existentes; quantificação de acordo com o valor ecológico de cada categoria de infraestruturas ecológicas. A organização evidencia ações de beneficiação do património histórico e/ou arquitetónico existente ou participa em projetos locais, ou regionais, de valorização do património histórico.

3.4 ENVOLVIMENTO SETORIAL

Este capítulo aborda aspetos de sustentabilidade para trabalhar com diferentes intervenientes da cadeia vitivinícola, especialmente fornecedores, clientes e consumidores. A gestão e desenvolvimento dos fornecedores implica partilhar os mesmos valores de sustentabilidade e acompanhá-los no processo de cumprimento de determinados requisitos, tais como a utilização eficiente da água e energia, gestão de resíduos, cumprimento das leis laborais, ausência de trabalho infantil, ausência de trabalho não registado, ausência de discriminação, igualdade de género, entre outros. A longo prazo, o objetivo é desenhar um plano de compras que inclua a avaliação de fornecedores com critérios de sustentabilidade e compras inclusivas que permitam o desenvolvimento de fornecedores (indivíduos ou grupos) com impacto social, pequenos

produtores, cooperativas, microempresas, empresas ou empresas que incluam grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, pessoas de áreas marginalizadas, jovens recuperados de vícios, mulheres que sustentam a família, habitantes nativos, entre outros.). Procura também fomentar o fornecimento de materiais reciclados ou reutilizados e promover certificações ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, tais como ISO 14.001 (sistemas de gestão ambiental), FSC e/ou PEFC (gestão sustentável dos recursos florestais), ISO 45.001 (sistemas de gestão de saúde e segurança no trabalho).

O capítulo também inclui a gestão do transporte na logística e distribuição, e a abordagem aos clientes e consumidores através de um plano de comunicação sobre aspetos de sustentabilidade e consumo responsável de álcool.

3.4.1 Colaboração com outras organizações vitivinícolas

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento Setorial | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização colabora tecnicamente com outras organizações setoriais.

NÍVEL 2: A organização participa em eventos sectoriais com outras organizações.

NÍVEL 3: A organização participa em parcerias/projetos conjuntos com outras organizações setoriais.

3.4.2 Atualização tecnológica da organização

| | | | |
|-----------------|-----------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Social | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Envolvimento Setorial | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: A organização participou em pelo menos numa reunião local, regional, ou nacional do setor no último ano, existindo comprovativos dessa participação.

NÍVEL 2: A organização participou em pelo menos duas reuniões locais, regionais, ou nacionais do setor no último ano e/ou num evento de projeção nacional ou internacional. A gestão de topo participou em, pelo menos, uma dessas reuniões. Existem comprovativos destas participações.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a organização assina algumas publicações de divulgação científica e é sócia de associações, locais ou técnicas, de produtores e viticultores.

4 DOMÍNIO ECONÓMICO

4.1 INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE

Este capítulo avalia questões centradas na sustentabilidade económico-financeiras das organizações e, dessa forma, na avaliação da capacidade da organização no desenvolvimento de outras atividades decorrentes da disponibilidade de recursos financeiros para o fazer.

4.1.1 Orçamento e controlo

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: É estabelecido um orçamento anual, ou plurianual, para as atividades a desenvolver.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, existe um sistema de monitorização semestral do cumprimento desse orçamento.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe um sistema de monitorização mensal do cumprimento desse orçamento e existem evidências da tomada de decisões de ajuste orçamental mediante a deteção de desvios.

4.1.2 Investimento

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: A organização tem investido de forma pontual nos últimos 5 anos.

NÍVEL 2: A exploração tem investido de forma regular ao longo dos últimos 5 anos, garantindo a melhoria/renovação do seu aparelho produtivo.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe um plano de investimento definido para os próximos 5 anos.

4.1.3 Eficiência dos fatores de produção

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existem evidências de ser feita uma avaliação da produtividade do uso de fatores, mas apenas de forma pontual.

NÍVEL 2: Existem evidências de ser feita uma avaliação, no mínimo anualmente, da produtividade do uso de fatores, mas a avaliação evolutiva é feita há menos de 5 anos.

NÍVEL 3: Existe um plano implementado, com menos de 5 anos, estabelecendo objetivos, métricas e ações com avaliação anual da produtividade do uso de fatores. Algumas das métricas existentes constam uma avaliação da produtividade do trabalho (€/UTA), a produtividade económica da água (€/m³), a produtividade de adubos/fitofármacos (€/kg) e a produtividade energética (€/kw).

4.1.4 Parcerias e/ou relações com instituições de I&D

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: A organização é proativa no estabelecimento de relações com as instituições de I&D e quando solicitada aceita colaborar (ex.: partilha de dados, campos de ensaio, visitas de grupo às instalações, entre outros).

NÍVEL 2: A organização é expedita na partilha de elementos, mantendo os seus registos de dados atualizados de forma sistemática, prontos a partilhar (ex.: produção, fertilizações, análises de solo, dados meteorológicos, entre outros). Também tem a iniciativa de partilhar recursos da organização, como sejam, horas de trabalhos dos funcionários, inputs e produtos finais, participação em palestras/apresentações, grupos de debate ou outras contribuições.

NÍVEL 3: Tem a iniciativa de propor colaborações com unidades de investigação (por exemplo, lançar ideias de projetos, proposta de ações em co-promoção, parcerias, horas de trabalhos dos funcionários, outras contribuições) e/ou financia I&D ou é co-promotor de projetos no âmbito das atividades do sector.

4.1.5 Economia e finanças

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Os relatórios económico-financeiros obrigatórios, incluem aspetos relacionados com a sustentabilidade, mas sem os especificar.

NÍVEL 2: Os relatórios económico-financeiros obrigatórios, incluem aspetos relacionados com a sustentabilidade, especificando os mesmos, abordando as ações e resultados obtidos.

NÍVEL 3: Produz e comunica relatórios de Sustentabilidade (ou outros documentos), que incluem informação económico-financeira detalhada relacionada especificamente com as três dimensões da sustentabilidade (economia, ambiente e social).

VINHA

4.1.6 Plantação de vinhas novas

| | | | |
|-----------------|-------------------------------|---------------------|-------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha |
| Capítulo | Investimentos e rentabilidade | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe um programa de plantação de vinhas novas que inclui, entre outros, os seguintes requisitos: a caracterização da parcela em que a vinha vai ser instalada (histórico produtivo anterior e riscos de pragas e doenças), a origem e sanidade do material vegetativo é conhecida, a variedade é apropriada para cada tipo de solo, declive, clima, área e porta-enxerto.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, a densidade da vinha, a sua orientação e o sistema de condução são parâmetros definidos de acordo com o potencial produtivo da variedade, o método de colheita esperado e a otimização do sistema de rega. No caso da sistematização de terrenos de encosta, essa opção deverá ser devidamente justificada caso não seja uma prática comum na região.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, o programa de plantação de novas vinhas foi feita com aconselhamento profissional e após a realização de uma *due dilligence* ambiental durante o processo de implantação da vinha, ou durante a replantação de algum talhão. Na plantação de novas vinhas, foram ponderadas as seguintes opções:

- Utilizar castas/ porta-enxertos adaptados às condições edafoclimáticas da região
- Optar por castas autóctones ou com histórico na região
- Plantar diferentes castas (quando a área justifica)

Nota: “Não Aplicável” se a vinha foi adquirida já instalada, se não foi realizada qualquer plantação nos últimos 2 anos ou se não está prevista qualquer plantação nos próximos 2 anos.

4.2 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS

Este capítulo aborda os temas relacionados com a adoção de medidas de minimização de riscos associados ao desenvolvimento das diferentes atividades do setor vitivinícola. Em toda a cadeia de valor são usados diferentes produtos que representam um potencial risco.

A sustentabilidade das organizações do setor implica uma minimização proativa destes riscos por forma a evitar a existência de eventuais problemas futuros

4.2.1 Plano de gestão de risco

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Minimização de riscos produtivos | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Existem evidências que demonstram uma preocupação com a gestão de risco, nomeadamente, propostas de seguros, iniciativas de atualização técnica (acesso a informação técnica) ou participação em ações setoriais relacionadas com o tema.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, a organização demonstra ter uma abordagem à gestão do risco ao nível da perda de colheitas (ex.: seguro de colheitas) e do risco técnico de forma sistemática, existindo evidências da tomada de ações/práticas.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, a organização tem um plano de gestão de risco escrito e implementado que inclui as componentes já referidas, e uma avaliação do risco financeiro (acesso ao capital); risco de mercado (contratos de adega, diversificação de clientes, diversificação de variedades); atualização constante de outros fatores de risco, tais como padrões climáticos, tendências de mercado, processos ecológicos e biológicos, tendências de pragas e doenças das culturas, e/ou métodos e tecnologias agrícolas inovadoras. O plano contempla uma proposta de revisão e um calendário de execução.

4.2.2 Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível)

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Minimização de riscos produtivos | Indicador KO | Sim |

NÍVEL 1: Todas as substâncias perigosas (incluindo fitofármacos ou fertilizantes) e as respetivas quantidades utilizadas são registadas anualmente e por tipo de atividade e os materiais perigosos são armazenados longe de zonas de drenagem de águas pluviais.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, e sem prejuízo da legislação em vigor, o armazenamento de substâncias perigosas é feito num local com acesso restrito, com as devidas condições de construção e estão disponíveis as fichas de segurança para cada uma das substâncias armazenadas. No local estão presentes os sinais de precaução, de restrição de acesso e sinalética a indicar que materiais podem ou não ser eliminados. Quando aplicável, o sistema de contenção de derrames está operacional.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existe uma calendarização formal para a inspeção dos locais de armazenamento de substâncias perigosas. Existem sessões de treino e comunicação do plano de contingência em caso de derrame junto dos colaboradores que incluiu a identificação de resíduos perigosos por forma a evitar o descarte não intencional de resíduos perigosos. Existem evidências que se promove uma escolha de materiais prioritários tendo em conta alternativas menos prejudiciais para o ambiente.

4.2.3 Reservatórios de combustível

| | | | |
|-----------------|----------------------------------|---------------------|-----------------------|
| Domínio | Económico | Âmbito | Vinha e Transformação |
| Capítulo | Minimização de riscos produtivos | Indicador KO | Não |

NÍVEL 1: Existe uma identificação dos tanques de combustível na exploração (tanques acima do solo e subterrâneos) e a respetiva capacidade de armazenamento. A instalação de novos tanques de combustível **nos últimos 5 anos foi feita** acima do solo com uma bacia de contenção de derrames equivalente a 110% do volume do tanque.

NÍVEL 2: Para além do Nível 1, são realizadas, e registadas, verificações e manutenções periódicas dos tanques de combustível (subterrâneos e acima do solo) para evitar fugas. Existem bacias de contenção de derrames para todos os tipos de tanques ou contentores de armazenamento de combustível acima do solo e estão disponíveis materiais de absorção de derrames em caso de emergência.

NÍVEL 3: Para além do Nível 2, existem procedimentos de ação em caso de derrame de combustível visíveis no local de armazenamento, contemplando aspetos ambientais, a remediação e a proteção das pessoas que trabalhem na contenção de eventuais derrames. Existe um plano de capacitação para a prevenção, controlo e limpeza de eventuais derrames.

Nota: “Não Aplicável” para instalações sem reservatórios de combustível.

ANEXOS

ANEXO I - Matriz de todos os indicadores

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|---------------------------------|--|-----------------------|--------|--|
| GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.2 | Compras sustentáveis |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA | 1.1.3 | Sistemas de agricultura sustentável |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes Interessadas |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.2 | Contributo para a governança participada na região |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.3 | Envolvimento e desenvolvimento da Comunidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.4 | Impactos na Comunidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | TRANSFORMAÇÃO | 1.2.5 | Promoção do consumo responsável de vinhos junto dos consumidores |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.1 | Políticas e Procedimentos de ética e integridade |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.2 | Estrutura responsável pela sustentabilidade na organização |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.3 | Promoção da sustentabilidade na organização |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | VINHA | 1.4.1 | Gestão dos resíduos gerados na vinha |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.2 | Plano de gestão de resíduos |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.3 | Gestão de subprodutos |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.4 | Tratamento de águas residuais |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.1 | Melhoria contínua de processos e produtos |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.3 | Rastreabilidade |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.4 | Controlo de Fornecedores |
| | AMBIENTAL | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.1 |
| GESTÃO DA ÁGUA | | VINHA | 2.1.2 | Gestão dos Recursos Hídricos |
| GESTÃO DA ÁGUA | | VINHA | 2.1.3 | Monitorização da qualidade da água de irrigação |
| GESTÃO DA ÁGUA | | VINHA | 2.1.4 | Sistema de irrigação e seu funcionamento |
| GESTÃO DA ÁGUA | | VINHA | 2.1.5 | Manutenção do sistema de rega |
| GESTÃO DA ÁGUA | | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.6 | Utilização de água na transformação |
| GESTÃO DA ÁGUA | | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.7 | Qualidade da água |
| GESTÃO DA ÁGUA | | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.8 | Eficiência da utilização da água |
| GESTÃO DA ÁGUA | | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.9 | Sensibilização dos colaboradores para a eficiência hídrica |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.1 | Características físicas e químicas do solo |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.2 | Mapeamento do Solo |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.3 | Mobilização do solo |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.4 | Gestão da erosão |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.5 | Gestão do solo com culturas de cobertura |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.6 | Matéria Orgânica |
| GESTÃO DO SOLO | | VINHA | 2.2.7 | Gestão do azoto |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.1 | Monitorização dos inimigos das culturas |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.2 | Aplicação de fitofármacos |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.3 | Minimização do impacto do efeito deriva |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.4 | Manutenção e calibração dos pulverizadores |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.5 | Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | VINHA | 2.3.6 | Tratamento de embalagens e de restos de calda |
| GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | | TRANSFORMAÇÃO | 2.3.7 | Plano de gestão de pragas |
| PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | | VINHA | 2.4.2 | Gestão de Habitats Naturais e Seminaturais |

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|----------------------------|----------------------------------|-----------------------|--------------------------------------|---|
| AMBIENTAL | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.3 | Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.4 | Espécies sensíveis |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.5 | Gestão de habitats ripários |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.6 | Habitat de aves e morcegos |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.7 | Gestão de bosquetes e árvores isoladas |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.8 | Gestão da vegetação (excluído os bosquetes e árvores isoladas) adjacentes à vinha |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.2 | Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.3 | Medidas de Mitigação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.4 | Gestão dos poluentes atmosféricos |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.5 | Logística e distribuição |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.1 | Consumo e utilização de energia |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.2 | Plano de melhoria de eficiência energética |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.3 | Gestão da energia elétrica adquirida |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.4 | Energias renováveis |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.5 | Eficiência energética dos equipamentos |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.6 | Iluminação |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.7 | Aquecimento e ar condicionado (AVAC) |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.8 | Sistemas de refrigeração |
| | SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.1 |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.4 | Planeamento e objetivos de RH |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.6 | Mão-de-obra subcontratada |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.1 | Desenvolvimento da sustentabilidade “interna” |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.3 | Teambuilding |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.2 | Compras locais |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.3 | Contributo para atividade turística na região |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.4 | Contributo para a qualidade da paisagem |
| ENVOLVIMENTO SETORIAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.1 | Colaboração com outras organizações vitivinícolas da região |
| ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria | |
| ECONÓMICO | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 | Orçamento e controlo |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.3 | Eficiência dos fatores de produção |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.4 | Parceria e/ou relações com instituições de I&D |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.5 | Economia e finanças |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA | 4.1.6 | Plantação de vinhas novas |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.3 | Reservatórios de combustível |

ANEXO II - Matriz de indicadores para a “Vinha”

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|-----------------------------|--|-----------------------|--|---|
| GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.2 | Compras sustentáveis |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA | 1.1.3 | Sistemas de agricultura sustentável |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes interessadas |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.2 | Contributo para a governança participada na região |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.3 | Envolvimento e desenvolvimento da Comunidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.4 | Impactos na Comunidade |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.1 | Políticas e Procedimentos de ética e integridade |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.2 | Estrutura responsável pela sustentabilidade na organização |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.3 | Promoção da sustentabilidade na organização |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | VINHA | 1.4.1 | Gestão dos resíduos gerados na vinha |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.1 | Melhoria contínua de processos e produtos |
| QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado | |
| AMBIENTAL | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.1 | Fontes de água usadas na produção primária |
| | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.2 | Gestão dos Recursos Hídricos |
| | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.3 | Monitorização da qualidade da água de irrigação |
| | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.4 | Sistema de irrigação e seu funcionamento |
| | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.5 | Manutenção do sistema de rega |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.1 | Características físicas e químicas do solo |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.2 | Mapeamento do Solo |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.3 | Mobilização do solo |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.4 | Gestão da erosão |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.5 | Gestão do solo com culturas de cobertura |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.6 | Matéria Orgânica |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.7 | Gestão do azoto |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.1 | Monitorização dos inimigos das culturas |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.2 | Aplicação de fitofármacos |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.3 | Minimização do impacto do efeito deriva |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.4 | Manutenção e calibração dos pulverizadores |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.5 | Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.6 | Tratamento de embalagens e de restos de calda |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.2 | Gestão de Habitats Naturais e Seminais |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.3 | Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.4 | Espécies sensíveis |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.5 | Gestão de habitats ripários |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.6 | Habitat de aves e morcegos |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.7 | Gestão de bosquetes e árvores isoladas |
| | PLANO DE GESTÃO DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.8 | Gestão da vegetação (excluído os bosquetes e árvores isoladas) adjacentes à vinha |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.2 | Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.3 | Medidas de Mitigação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.4 | Gestão dos poluentes atmosféricos |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.5 | Logística e distribuição |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.1 | Consumo e utilização de energia |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.2 | Plano de melhoria de eficiência energética |
| | SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.1 |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.4 | Planeamento e objetivos de RH |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| CONDIÇÕES DE TRABALHO | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.6 | Mão-de-obra subcontratada |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.1 | Desenvolvimento da sustentabilidade “interna” |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.3 | Teambuilding |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.2 | Compras locais |
| IMPACTO LOCAL | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.3 | Contributo para atividade turística na região |
| ECONÓMICO | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.4 | Contributo para a qualidade da paisagem |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.1 | Colaboração com outras organizações vitivinícolas |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 | Orçamento e controlo |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.3 | Eficiência dos fatores de produção |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.4 | Parceria e/ou relações com instituições de I&D |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.5 | Economia e finanças |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA | 4.1.6 | Plantação de vinhas novas |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.3 | Reservatórios de combustível |

ANEXO III - Matriz de indicadores para a “Transformação”

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|-----------------------------|--|-----------------------|--------------------------|---|
| GESTÃO E MELHORIA CONTÍNUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.2 | Compras sustentáveis |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes Interessadas |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.2 | Contributo para a governança participada na região |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.3 | Envolvimento e desenvolvimento da Comunidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.4 | Impactos na Comunidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | TRANSFORMAÇÃO | 1.2.5 | Promoção do consumo responsável de vinhos junto dos consumidores |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.1 | Políticas e Procedimentos de ética e integridade |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.2 | Estrutura responsável pela sustentabilidade na organização |
| | LIDERANÇA E ORGANIZAÇÃO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.3.3 | Promoção da sustentabilidade na organização |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.2 | Plano de gestão de resíduos |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.3 | Gestão de subprodutos |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | TRANSFORMAÇÃO | 1.4.4 | Tratamento de águas residuais |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.1 | Melhoria contínua de processos e produtos |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado |
| QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.3 | Rastreabilidade | |
| QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.4 | Controlo de Fornecedores | |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.6 | Utilização de água na transformação |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.7 | Qualidade da água |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.8 | Eficiência da utilização da água |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.9 | Sensibilização dos colaboradores para a eficiência hídrica |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | TRANSFORMAÇÃO | 2.3.7 | Plano de gestão de pragas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.2 | Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.3 | Medidas de Mitigação às Alterações Climáticas |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.4 | Gestão dos poluentes atmosféricos |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.5 | Logística e distribuição |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.3 | Gestão da energia elétrica adquirida |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.4 | Energias renováveis |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.5 | Eficiência energética dos equipamentos |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.6 | Iluminação |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.7 | Aquecimento e ar condicionado (AVAC) |
| EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.8 | Sistemas de refrigeração | |
| SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.1 | Promover a equidade e a diversidade do emprego |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.4 | Planeamento e objetivos de RH |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.6 | Mão-de-obra subcontratada |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.1 | Desenvolvimento da sustentabilidade “interna” |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.3 | Teambuilding |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.2 | Compras locais |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.3 | Contributo para atividade turística na região |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.4 | Contributo para a qualidade da paisagem |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.1 | Colaboração com outras organizações vitivinícolas |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria |
| ECONÓMICO | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 | Orçamento e controlo |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.3 | Eficiência dos fatores de produção |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.4 | Parceria e/ou relações com instituições de I&D |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.5 | Economia e finanças |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.3 | Reservatórios de combustível |

ANEXO IV - Indicadores “KO”

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|----------------------------------|---|-------------------------------|-----------------------|---|
| GESTÃO E MELHORIA CONTINUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA | 1.1.3 | Sistemas de agricultura sustentável |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes Interessadas |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | VINHA | 1.4.1 | Gestão dos resíduos gerados na vinha |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.3 | Rastreabilidade |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.4 | Controlo de Fornecedores |
| AMBIENTAL | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.1 | Fontes de água usadas na produção primária |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.6 | Utilização de água na transformação |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.1 | Características físicas e químicas do solo |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.6 | Matéria Orgânica |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.1 | Monitorização dos inimigos das culturas |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.2 | Aplicação de fitofármacos |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.5 | Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos |
| | BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.3 | Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.1 | Consumo e utilização de energia |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.3 | Gestão da energia elétrica adquirida |
| SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria |
| | ECONÓMICO | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 |
| INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |

ANEXO V - Indicadores “KO” | Produção Primária (Vinha)

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|----------------------------|---|-----------------------|--------|---|
| GESTÃO E MELHORIA CONTINUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA | 1.1.3 | Sistemas de agricultura sustentável |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes Interessadas |
| | ESTRATÉGIAS DE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS | VINHA | 1.4.1 | Gestão dos resíduos gerados na vinha |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado |
| AMBIENTAL | GESTÃO DA ÁGUA | VINHA | 2.1.1 | Fontes de água usadas na produção primária |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.1 | Características físicas e químicas do solo |
| | GESTÃO DO SOLO | VINHA | 2.2.6 | Matéria Orgânica |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.1 | Monitorização dos inimigos das culturas |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.2 | Aplicação de fitofármacos |
| | GESTÃO DE PRAGAS E DOENÇAS | VINHA | 2.3.5 | Capacitação dos colaboradores que manipulam fitofármacos |
| | BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS | VINHA | 2.4.3 | Melhoria da biodiversidade vegetal e do solo |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | VINHA | 2.6.1 | Consumo e utilização de energia |
| SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria |
| ECONÓMICO | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 | Orçamento e controlo |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |

ANEXO VI - Indicadores “KO” | Transformação

| DOMÍNIO | CAPÍTULOS | APLICAÇÃO | ÍNDICE | INDICADORES |
|----------------------------|--------------------------------------|-----------------------|--------|---|
| GESTÃO E MELHORIA CONTINUA | ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.1.1 | Gestão da Sustentabilidade |
| | ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.2.1 | Ações com as partes Interessadas |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 1.5.2 | Qualidade, Segurança alimentar e Sistema de Gestão Integrado |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.3 | Rastreabilidade |
| | QUALIDADE E RASTREABILIDADE | TRANSFORMAÇÃO | 1.5.4 | Controlo de Fornecedores |
| | GESTÃO DA ÁGUA | TRANSFORMAÇÃO | 2.1.6 | Utilização de água na transformação |
| | AÇÃO CLIMÁTICA | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 2.5.1 | Pegada de Carbono |
| | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA | TRANSFORMAÇÃO | 2.6.3 | Gestão da energia elétrica adquirida |
| SOCIAL | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.2 | Saúde e segurança no trabalho |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.3 | Manipulação de substâncias perigosas |
| | CONDIÇÕES DE TRABALHO | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.1.5 | Tempo de trabalho e remuneração |
| | CAPACITAÇÃO E COMPETÊNCIAS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.2.2 | Formação profissional contínua |
| | IMPACTO LOCAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.3.1 | Relação com a comunidade |
| | ENVOLVIMENTO SETORIAL | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 3.4.3 | Atualização tecnológica da indústria |
| | | | | |
| ECONÓMICO | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.1 | Orçamento e controlo |
| | INVESTIMENTOS E RENTABILIDADE | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.1.2 | Investimento |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.1 | Plano de gestão de risco |
| | MINIMIZAÇÃO DE RISCOS PRODUTIVOS | VINHA e TRANSFORMAÇÃO | 4.2.2 | Gestão e armazenamento de substâncias perigosas (com exceção de reservatórios de combustível) |

ANEXO VII - Identificação e priorização de áreas de ação relevantes

(A título de exemplo transcreve-se o ponto 2.2 da Resolução OIV-VITI 641-2020.)

Nem todas as áreas de ação são adequadas para todos os tipos de organizações. Por exemplo, uma organização que não plante novas parcelas ou construa novas estruturas não pode ser avaliada de acordo com as suas opções na seleção do local.

Etapa 1: identificação de potenciais ações

A resolução da OIV OIV-CST 518-2016 define 16 áreas de ação. O guia atual fornece recomendações para atividades que podem ser realizadas em cada uma das áreas de ação mencionadas (parte 3).

A organização deve identificar e listar ações potenciais em todas as 16 áreas de ação, exceto aquelas que são claramente inaplicáveis.

Etapa 2: identificação de ações pertinentes

Para cada ação listada na fase anterior, a organização atribui um nível de prioridade (exemplo: 1 para estrategicamente importante, 4 para baixa importância, 0 para não aplicável).

Podem ser utilizados os seguintes critérios:

- Impacto potencial das decisões e atividades sobre as partes interessadas, ambiente, compromisso da organização com a sustentabilidade e atividade da organização
- Nível de implicação das partes interessadas
- Viabilidade da ação

Etapa 3: classificação e priorização das ações

A organização decide reter as ações mais pertinentes e aplicáveis. É dada especial atenção à manutenção das ações em todos os 5 princípios de sustentabilidade, tal como definidos pela resolução OIV-CST 518-2016.

As partes interessadas supostamente afetadas pela ação são identificadas.

O quadro seguinte pode ser utilizado como exemplo do processo de tomada de decisão:

| <i>Área de ação</i> | <i>Ação identificada</i> | <i>Nível de prioridade</i> | <i>Intervenientes envolvidos</i> |
|---|--|----------------------------|--|
| Princípio 1: A abordagem sustentável integra os aspetos ambientais, sociais e económicos | | | |
| Área de ação 1.1 Governação da organização | Participação da equipa de gestão na formação em sustentabilidade | 1 | Equipa de gestão |
| | Elaboração de um plano estratégico de produção sustentável | 1 | Equipa de gestão |
| | Identificação dos intervenientes relevantes | 1 | Gestão equipa, empregados |
| | Visão geral e análise dos regulamentos existentes | 2 | Legal departamento |
| | Análise dos impactos positivos e negativos das atividades da organização | 1 | Departamento operacional |
| | Definição de procedimentos para o funcionamento da abordagem de sustentabilidade dentro da organização | 1 | Equipa de gestão |
| Princípio 2: A vitivinicultura sustentável respeita o ambiente | | | |
| Área de ação 2.1: Seleção do sítio | Não aplicável de momento, nenhum projeto de crescimento | 5 | N/A |
| Área de ação 2.2: Solo gestão | Minimizar o risco de erosão | 2 | Equipa agrícola Equipa de gestão |
| | Manter a fertilidade, biodiversidade e estrutura do solo | 2 | Instituições de investigação |
| | Minimizar a contaminação por fatores de produção | 2 | Associações ambientais |

O quadro, tal como foi desenvolvido, deve então ser cruzado com o quadro obtido na **etapa 4** do procedimento de identificação dos intervenientes relevantes (ponto 2.1.4).

Etapa 4: elaboração do plano estratégico

A fim de finalizar a priorização e esboçar o plano estratégico inicial, cada área para ações deve ser avaliada sob dois parâmetros:

- Importância da área de ação
- Desempenho real da organização na área das ações

O quadro seguinte demonstra um exemplo:

| <i>Áreas de ação identificadas e ações conexas</i> | <i>Importância da ação</i> | <i>Desempenho real da organização</i> |
|--|----------------------------|---------------------------------------|
| 1.1 Governação da organização | 1 (alta) | 5 (baixo) |
| 2.5 gestão de entradas - racionalização da utilização de energia | 1 (alta) | 2 |
| 2.5 gestão de entradas - racionalização da utilização da água | 1 (alta) | 5 |
| 2.5 gestão de entradas - Otimização da utilização de inputs técnicos durante as fases de produção e transformação | 1 (alta) | 3 |

Este passo permite identificar o empenho existente da organização na abordagem da sustentabilidade, bem como os pontos onde são necessários progressos e desenvolvimento adicionais.

O plano estratégico de ações deve considerar estas conclusões.

